

RELATÓRIO E CONTAS



VIDA

2015

T-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.
Av. da Liberdade, n.º 242
1250 - 149 Lisboa / Portugal
Registo na Conservatória de Registo
Comercial de Lisboa
NIPC: 507 684 486
Autorização ASF n.º 1165
LEI: 5493000ZK80G370GQ140

ÍNDICE

01	ÓRGÃOS SOCIAIS	05
02	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	07
03	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
04	DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	20
05	MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	22
06	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	24
07	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
08	DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO	79
09	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	87

01

ÓRGÃOS SOCIAIS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



VIDA

01 ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães

SECRETÁRIO

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

VOGAIS

Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur

Jan Adriaan de Pooter

João Carlos Dores Candeias Barata

Pedro Luís Francisco de Carvalho

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Luís Maria Viana Palha da Silva

VOGAIS EFETIVOS

Manuel Maria de Paula Reis Boto

Pedro Manuel Aleixo Dias

VOGAL SUPLENTE

Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Maria Augusta Cardador Francisco em representação
de Deloitte & Associados, SROC S.A.

SUPLENTE

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



VIDA

02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia), respeitantes ao exercício de 2015.

2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2015 a atividade económica global voltou a estar marcada por alguma incerteza interrompendo a tendência de gradual crescimento que se observava em 2014. Nas economias mais desenvolvidas, o crescimento económico manteve-se fraco embora com tendência positiva, a inflação continuou em níveis próximos de zero, e os bancos centrais mantiveram políticas orçamentais favoráveis ao crescimento. As economias emergentes continuaram a influenciar desfavoravelmente a atividade económica global, tendo sido a desaceleração da China o fator de maior influência.

2.1.1 Situação Económica Internacional

Nos EUA, a informação económica mais recente aponta para uma evolução favorável do mercado de trabalho e do mercado imobiliário. O setor industrial apresenta ainda sinais de enfraquecimento.

Estima-se que o crescimento económico se tenha situado em torno de 2,5%, ligeiramente acima do valor do ano anterior (2,4%). A economia esteve mais robusta que no passado recente, facto que foi confirmado pela decisão da Reserva Federal (*Fed*) em finais de 2015 de alterar o rumo da sua política monetária e subir a taxa diretora pela primeira vez em cerca de uma década, para 0,50%. O crescimento do consumo das famílias deverá ter superado os 3,0% pela primeira vez desde 2006, reflexo da melhoria no mercado de trabalho com uma taxa de desemprego a rondar 5,3%. Em contrapartida, a queda dos preços do petróleo refletiu-se negativamente no investimento, enquanto as exportações abrandaram significativamente fruto da valorização do dólar.

A atividade económica na Zona Euro manteve o processo de recuperação em 2015, embora a um ritmo mais lento do que o previsto. Os baixos preços do petróleo, a desvalorização do euro e os estímulos monetários do BCE impulsionaram o consumo privado e as exportações. No entanto, o crescimento económico da Zona Euro não ultrapassou 1,5%. O elevado nível de endividamento do setor privado, o fraco investimento e a desaceleração económica dos países emergentes, foram os principais fatores que impediram um crescimento mais robusto na Zona Euro.

A taxa de inflação manteve-se em níveis muito baixos (0,1%) e o mercado de trabalho apresentou melhorias modestas em linha com um crescimento económico que não foi suficiente para fomentar a criação de mais empregos. Assim, a taxa de desemprego manteve-se elevada, em 11,0%, e continuou a revelar elevadas disparidades entre os países membros da Zona Euro. Em 2015, as taxas Euribor desceram em todos os prazos, situando-se a Euribor a 3 meses em -0,13% (2014: 0,08%) e a Euribor a 12 meses em 0,06% (2014: 0,33%).

O ano de 2015 foi marcado também pela acentuada apreciação do dólar face à generalidade das divisas, apesar de ter tocado o mínimo de 1,5 face ao euro. No final do ano, a taxa de câmbio situava-se em 1,09 USD por EUR (1,21 em dezembro de 2014).

Os mercados acionistas europeus registaram uma performance superior à dos mercados americanos que, com exceção do *Nasdaq* (+5,9%), terminaram o ano com perdas contidas enquanto o *Eurostoxx 50* registou uma valorização de 3,8% em 2015. O receio do abrandamento da economia chinesa e o seu impacto na economia mundial afetaram negativamente o desempenho das bolsas mundiais, sobretudo a partir do 2º semestre de 2015, despoletando uma forte turbulência nos mercados.

2.1.2 Situação Económica Nacional

De acordo com os últimos dados divulgados, em 2015 a economia portuguesa registou um crescimento de 1,5%, mais 0,6 p.p. do que no ano anterior.

A procura interna apresentou um comportamento positivo, refletindo o crescimento do consumo privado de 2,6% (2,2% em 2014) e público de 0,8% (-0,5% em 2014). Verificou-se uma recuperação do rendimento disponível das famílias ao longo do ano e também uma queda da taxa de poupança (alcançou 4,0% no 3º trimestre de 2015, o nível mais baixo desde, pelo menos, 1995). Por outro lado, o crescimento do investimento desacelerou, passando de 5,5% em 2014 para 3,6% em 2015.

A procura externa líquida registou um comportamento mais favorável, em resultado da aceleração das exportações, que cresceram 5,1% face a 2014 (3,9% em 2014). No entanto, também as importações mantiveram um ritmo elevado de crescimento (7,3% em 2015 que compara com 7,2% em 2014). A taxa de desemprego recuou de 13,9% para 12,4% em 2015 e a taxa de inflação regressou a valores positivos, 0,5% (2014: -0,3%). Todavia, a taxa de inflação permanece ainda em valores historicamente baixos, refletindo parcialmente a queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional.

O saldo das Administrações Públicas registou uma melhoria face ao período homólogo devido ao efeito conjugado de diminuição da despesa (nomeadamente, queda das despesas com pessoal, prestações de desemprego e juros) e aumento da receita (principalmente fiscal).

No entanto, o governo estima que o saldo orçamental de 2015 supere o nível de -4,0% do PIB, reflexo da operação de venda num contexto de resolução do BANIF decidida próximo do final do ano e cujo impacto nas contas do Estado deverá ascender a 2 255 milhões de euros (1,3% do PIB estimado em 2015), sendo cerca de 1 766 milhões de euros injetados diretamente pelo Tesouro português e 489 milhões pelo Fundo de Resolução.

2.1.3 Mercado Segurador

Em termos globais, a produção de seguro direto em 2015 registou uma diminuição de 11,4% face a 2014, situando-se em 12.662 milhões de euros (-1.627 milhões de euros). A quebra nos prémios do ramo Vida esteve na origem deste decréscimo da produção, interrompendo novamente o ciclo de expansão deste ramo que se verificava desde 2013.

O segmento Vida foi afetado por uma conjuntura que aliou a persistência das baixas taxas de juro de longo prazo, a acentuada redução da taxa de poupança dos particulares e a aproximação de um novo regime de solvência que penaliza os riscos inerentes às garantias financeiras.

Os prémios do ramo Vida alcançaram 8.669 milhões de euros, -17,0% face ao ano anterior (-1.770 milhões de euros). Apenas os prémios dos seguros tradicionais cresceram relativamente a 2014 (+4,6%). Os produtos de capitalização diminuíram 17,8% (-1.258 milhões de euros) e as contribuições para PPR's que alcançaram 1.897 milhões de euros, tiveram uma quebra de 22,6% (-555 milhões de euros) face ao ano anterior.

Quanto ao segmento Não Vida, apresentou um crescimento assinalável de 3,7%, a maior taxa de crescimento anual dos últimos 10 anos. O volume de prémios Não Vida atingiu 3.993 milhões de euros (+144 milhões de euros) com destaque para o ramo Acidentes de Trabalho que cresceu 7,8%, dando um novo impulso à recuperação iniciada em 2014. O aumento da massa salarial, expectável com o relançamento da atividade económica, assim como as correções tarifárias para fazer face ao desequilíbrio técnico do ramo, deverão estar na origem deste aumento do volume de prémios.

Os ramos de Acidentes Pessoais/ Pessoas Transportadas (+5,2%) e Saúde (+7,5%) que já apresentavam crescimentos positivos, progrediram em 2015 a um ritmo mais elevado do que em anos anteriores. O ramo de Incêndio e outros Danos (+2,0%), com destaque para os ramos Multirriscos (+2,1%), também apresentou taxas de crescimento positivas embora mais moderadas. O ramo Automóvel, que interrompeu o ciclo descendente dos últimos anos, registou uma subida no volume de prémios de 1,5%. Em sentido inverso, destaque para a quebra da produção nos ramos de Transportes (-5,8%).

O peso da atividade seguradora no PIB baixou de 8,3% em 2014 para 7,2% em 2015. O segmento Vida representa 4,9% do PIB e o Não Vida representa 2,3% (6,1% e 2,2% em 2014, respetivamente). De acordo com os últimos dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Resultado Líquido das empresas de seguros (sob supervisão da ASF) foi positivo em 2015, atingindo 378 milhões de euros (77 milhões de euros em 2014), contribuindo para o reforço de capitalização do setor.

A taxa de cobertura da margem de solvência (das empresas sob supervisão da ASF) situou-se, no final de 2015, em 238%, o que representa um aumento de 32 p.p. face a 2014, evidenciando a solidez do setor segurador bem como o seu nível de preparação para responder às exigências de capitais resultantes da entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016 do novo regime de solvência (Solvência II).

2.2 FACTOS RELEVANTES EM 2015

O ano de 2015 foi de abrandamento no mercado de seguros de Vida (-17,0%) sobretudo devido aos produtos financeiros, com um decréscimo de 22,6% nos PPR (alcançando 1.897 milhões de euros) e de 17,8% nos produtos de Capitalização (5.814 milhões de euros).

Os produtos tradicionais apresentaram um crescimento de 4,6% (com

958 milhões de euros) e dentro destes, os produtos de Risco e Mistos cresceram 3,4%. A T-Vida apresentou um decréscimo de 51,2% no total de produção (alcançando 43 milhões de euros), com +9,2% nos produtos de Risco (alcançando 18 milhões de euros).

A T-Vida manteve a sua linha estratégica de crescer nos seguros de Vida Risco, criando condições para ser dinâmica e continuar a ganhar quota de mercado nesta área. Pelo terceiro ano consecutivo, a T-Vida é a companhia que mais cresce em valor absoluto nos produtos de Vida Risco, entre as Companhias não *bancassurance*.

Tem vindo a recriar a sua gama de produtos de Vida Previdência e Vida ligado ao Crédito Habitação e reforçou a sua capacidade de distribuição, selecionando um conjunto de parceiros de negócio com perfil e apetência para vender este tipo de seguros. Desenvolveu ainda nesta área, novas formas de distribuição, nomeadamente a venda por telefone, tendo obtido resultados muito satisfatórios, desde 2011. De notar o lançamento de uma oferta inovadora dirigida ao segmento dos jovens adultos, o Vida Mais Cool, com uma proteção acrescida e substancial dos riscos de Invalidez.

A prestação de um serviço de qualidade aos seus Clientes e Parceiros de Negócio continuou a ser um dos objetivos prioritários da T-Vida, pelo que, durante o ano, foi mantida uma política de melhoria contínua nos seus processos, nomeadamente com a consolidação do processo de Tele-entrevistas para avaliação clínica dos proponentes, assim como com a implementação de várias melhorias em termos de plataformas IT, quer centrais quer as utilizadas pelos Parceiros de negócios e Clientes.

2.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

(milhares de euros)

	2015	2014	VAR 15/14 %
Balanço			
Investimentos	357 589	576 594	-38,0
Ativo líquido	546 911	800 619	-31,7
Capital próprio	67 879	75 658	-10,3
Provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento	449 275	693 179	-35,2
Ganhos e Perdas			
Total de produção	43 110	88 280	-51,2
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	33 283	34 413	-3,3
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	40 659	63 694	-36,2
Provisão matemática, líquida de resseguro	11 642	30 570	-61,9
Participação nos resultados, líquida de resseguro	2 152	3 055	-29,6
Custos operacionais	6 314	6 417	-1,6
Resultado financeiro	-35 596	-46 726	23,8
Saldo técnico líquido de resseguro ⁽³⁾	9 384	6 084	54,2
Saldo global ⁽¹⁾⁽³⁾	10 235	10 687	-4,2
Resultado líquido	2 453	4 294	-42,9
Indicadores da Atividade (%)			
Saldo técnico/ total de produção	21,8	6,9	+14,9 p.p.
Custos operacionais/ total de produção	14,6	7,3	+7,4 p.p.
Custos operacionais/ provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento	1,4	0,9	+0,5 p.p.
Taxa de cobertura da margem de solvência ⁽⁴⁾	183,5	196,1	+7,8 p.p.
Sinistros/ Prémios (IFRS 4)	117,9	170,5	+52,6 p.p.
Benefícios pagos/ depósitos recebidos (IAS 39)	423,1	60,4	+362,7 p.p.
Custos de aquisição/ (prémios + depósitos recebidos)	15,2	7,7	+7,5 p.p.
Custos administrativos/ (prémios + depósitos recebidos)	8,0	3,8	+4,1 p.p.
Outros Indicadores			
Nº empregados ⁽²⁾	22	19	15,8
Nº apólices	118 617	123 368	-3,9

(1) Saldo técnico + saldo atividade financeira.

(2) Colaboradores pertencentes ao quadro permanente.

(3) Os indicadores da atividade excluem o efeito da OCA.

(4) Margem de Solvência inclui o efeito de distribuição de Dividendos.

2.4 A ATIVIDADE DA T-VIDA EM 2015

2.4.1 Total de Produção

Em 2015 e face ao ano anterior, verificou-se uma evolução desfavorável na produção da Seguradora. Este contexto está diretamente ligado à queda verificada no canal *assurfinance*, bem como a dificuldades de crescimento da economia nacional e disponibilidade dos consumidores, já identificadas em 2014.

A produção totalizou 43 110 milhares de euros, registando um decréscimo de 51,2% (-45 170 milhares de euros), face ao período homólogo. Esta variação foi influenciada pela diminuição significativa da produção nos financeiros, nomeadamente na Capitalização Garantida, que apresenta uma quebra de 49,5% (-7 694 milhares de euros). Os PPR deram um contributo negativo, registando-se uma diminuição de 81,5% (-35 515 milhares de euros), face ao período homólogo.

A linha de negócio Vida Risco cresceu 9,2% (+1 541 milhares de euros), ganhando relevância na produção, chegando no final do ano com um peso de 41,7% do total da produção de 2015 (comparando com 18,9% em 2014). Este crescimento adquire particular importância dadas as margens técnicas elevadas que este tipo de produtos proporciona, dando um contributo significativo para os resultados da Companhia.

As Rendas apresentaram um aumento de 6,5% (+392 milhares de euros), apresentando os produtos Mistos uma tendência contrária, decrescendo 5,0% (-90 milhares euros), dado tratar-se de um tipo de produto pouco comercializado e com maturidade.

(milhares de euros)

Total de Produção	2015	2014	VAR 15/14 (%)
Total de Produção	43 110	88 280	-51,2
Contratos Seguros	35 435	37 712	-6,0
- Rendas vitalícias	6 392	6 000	6,5
- Risco puro	18 360	16 819	9,2
- Mistos e outros	1 718	1 808	-5,0
- Capitalização	3 302	2 606	26,7
- PPR	5 663	10 479	-46,0
Contratos de Investimento	7 675	50 568	-84,8
- Capitalização	5 274	17 468	-69,8
- PPR	2 401	33 100	-92,7

2.4.2 Custos com Sinistros e Benefícios Pagos

O total de custos com sinistros e benefícios pagos ascendeu a 74 257 milhares de euros (excluindo Operações de Capitalização), apresentando uma diminuição de 21,7% comparativamente a 2014. Esta variação é justificada pelo impacto da redução significativa dos resgates nos PPR Garantidos.

O peso das indemnizações face às provisões matemáticas em início de período foi de 16,5% (contra 13,7% no ano anterior), tendo o ano de 2015 sido caracterizado como um ano de menor volume de resgates (30 542 milhares de euros, -49,9% face ao período homólogo) e ligeiro aumento valor de Vencimentos (14 707 milhares de euros, +2,0% face ao período homólogo).

Nos PPR, os custos com sinistros e benefícios pagos atingiram os 40 305 milhares de euros (-30,0%), variação esta justificada essencialmente pela diminuição de resgates, tendo os mesmos, um peso de 26,4% no total de custos com sinistros, face a 41,5% realizados em 2014.

Os produtos de Capitalização diminuíram a sua sinistralidade em 2 686 milhares de euros (-13,1%), resultado da diminuição dos resgates, no valor de 9.300 milhares de euros (-49,0%).

Nos produtos Tradicionais os custos com indemnizações diminuíram em 4,1%, totalizando no final do ano 16 160 milhares de euros (16 859 milhares de euros em 2014), essencialmente devido à redução da sinistralidade nos produtos Mistos (-30,9%) e nas Rendas (-10,0%). Os produtos de Risco aumentaram a sua sinistralidade em +29,9%.

(milhares de euros)

Custos com Sinistros e Benefícios Pagos	2015	2014	VAR 15/14 %
Custos Com Sinistros e Benefícios Pagos	238 415	94 891	151,3
Contratos Seguros	41 786	64 305	-35,0
- Rendas vitalícias	6 325	7 026	-10,0
- Risco puro	6 490	4 995	29,9
- Mistos e outros	3 345	4 838	-30,9
- Capitalização	2 713	6 510	-58,3
- PPR	22 913	40 936	-44,0
- Operações de capitalização	0	0	
Benefícios Pagos de Contratos de Investimento	196 629	30 586	542,9
- Capitalização	15 079	13 968	8,0
- PPR	17 392	16 618	4,7
- Operações de capitalização	164 158	0	-

2.4.3 Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento

A evolução verificada nas provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento está diretamente relacionada com os produtos de natureza financeira comercializados e para os quais existe uma correspondência direta com o valor registado nos passivos de contratos de seguro e de investimento.

A 31 de dezembro de 2015, as provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento decresceram 35,2% (-243 904 milhares de euros), evolução desfavorável justificada pela diminuição dos Passivos Financeiros, principalmente nas Operações de Capitalização, que apresentaram uma redução de -211 588 milhares de euros. Os produtos de Capitalização e os PPR diminuíram igualmente os seus passivos financeiros em -6 220 milhares de euros e -18 893 milhares de euros, respetivamente.

As provisões matemáticas de produtos de Capitalização cresceram 3,6% (+1 247 milhares de euros), seguindo os PPR uma tendência de diminuição com um decréscimo de 5,5% (-8 790 milhares de euros). A venda de contratos com taxas técnicas mais baixas deu origem a uma menor variação da média das taxas mínimas garantidas dos PPR, verificando-se uma oscilação de 2014 para 2015 de 3,02% para 2,38%. Nos produtos de Capitalização, verificou-se uma oscilação de 3,04% em 2014, para 2,69% em 2015, devido aos novos produtos, com taxas técnicas inferiores.

De assinalar que a estratégia seguida na T-Vida, de considerar o produto PPR como estratégico, para retorno a longo prazo, representando 53,4% (55,6% em 2014) do total das provisões matemáticas e dos passivos de contratos de seguro e de investimento em 2015, tem permitido à Companhia manter uma posição de destaque no mercado, nomeadamente no segmento de Seguradoras que não exploram o canal bancário.

(milhares de euros)

Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento	2015	2014	VAR 15/14 %
Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento	449 275	693 179	-35,2
Provisões Matemáticas	271 628	278 831	-2,6
- Rendas vitalícias	56 510	54 844	3,0
- Risco puro	2 040	2 153	-5,2
- Mistos e outros	25 378	26 591	-4,6
- Capitalização	36 152	34 905	3,6
- PPR	151 548	160 338	-5,5
- Operações de capitalização	0	0	
Passivos Financeiros	177 647	414 348	-57,1
- Capitalização	89 275	95 495	-6,5
- PPR	88 372	107 265	-17,6
- Operações de capitalização	0	211 588	-100,0

2.4.4 Saldo Técnico

Verificou-se um aumento do saldo técnico líquido de resseguro de 6 084 milhares de euros em 2014, para 9 384 milhares de euros, em 2015 (excluindo as Operações de Capitalização). Esta variação representa, face ao ano anterior, um aumento de 3 300 milhares de euros (+54,2%), e explica-se essencialmente pelo contributo positivo dos produtos de Risco e a redução da provisão LAT em Mistos e Rendas.

O saldo da atividade financeira (1) apresentou um decréscimo de -3 752 milhares de euros, -81,5% (excluindo a Operação de Capitalização), resultante da redução dos rendimentos afetos. Nos rendimentos *Unit Linked* relevo para a desvalorização da Operação de Capitalização, no valor de -47 387 milhares de euros.

O saldo global (2) apresentou-se abaixo do ano anterior, situando-se nos 10 235 milhares de euros, face a 10 687 milhares de euros em 2014 (excluindo Operações de Capitalização), ou seja -4,2%.

(milhares de euros)

Saldo Técnico Total	2015	2014	VAR 15/14 %
Saldo Técnico Líquido de Resseguro	56 814	6 084	833,8
- Tradicionais	8 964	5 553	61,4
- Capitalização	286	178	60,7
- PPR	134	353	-62,0
- Operações de capitalização	47 430	0	
Saldo Atividade Financeira ⁽¹⁾	-46 536	4 907	-1 048,4
- Tradicionais	-1 271	2 184	-158,2
- Capitalização	686	1 157	-40,7
- PPR	1 436	1 262	13,8
- Operações de capitalização	-47 387	304	-15 687,8
Saldo Global ⁽²⁾	10 278	10 991	-6,5

(1) Rendimentos da atividade financeira incluindo participação nos resultados e juro técnico.

(2) Saldo técnico líquido de resseguro + saldo atividade financeira.

2.4.5 Custos Operacionais

Os custos operacionais apresentaram um decréscimo de 1,6% (-103 milhares de euros), face ao ano anterior, essencialmente devido à diminuição substancial em gastos com pessoal.

Os custos com pessoal diminuíram face ao ano anterior 26,8%, situando-se nos 1 470 milhares de euros (2 008 milhares de euros em 2014). Esta variação reflete uma diminuição de custos em remunerações

de órgãos sociais e na rubrica outros gastos (efeito de custos com cessação de trabalho, apenas ocorridos em 2014). Os fornecimentos e serviços externos aumentaram face ao ano anterior, situando-se nos 1 654 milhares de euros, em consequência do aumento de custos em consultadoria e trabalho especializado (informática). Os impostos e taxas diminuíram 51,2%, consequência da diminuição da produção verificada em 2015 (-51,2%).

As amortizações aumentaram 10,7%, face ao ano anterior, devido ao aumento de amortizações de despesas de investigação e desenvolvimento e amortizações extraordinárias, fruto de novos projetos desenvolvidos no ano 2015. A amortização de ativos intangíveis, relacionados com o ritmo da amortização do *trespasse* da carteira (*Value In Force*) manteve-se praticamente em linha com o ano anterior, aumentando 0,7%, representando 35,1% do total dos custos operacionais.

As comissões com a carteira de investimentos apresentaram uma redução de 1,4%, por impacto do decréscimo de custos com comissões da GNB - Gestão de Ativos, fruto da diminuição da carteira sob gestão e das comissões face a 2014.

(milhares de euros)

Custos Operacionais	2015	2014	VAR 15/14 %
Gastos com pessoal	1 470	2 008	-26,8
FSE	1 654	1 464	13,0
Impostos e taxas	21	43	-51,2
Amortizações do exercício	2 821	2 549	10,7
Comissões	348	353	-1,4
Total	6 314	6 417	-1,6

2.4.6 Investimentos

A crise financeira global que se iniciou em 2007 obrigou desde cedo à implementação de medidas singulares para mitigar o seu efeito sistémico. Apesar das políticas adotadas, as principais economias mundiais apresentaram taxas de crescimento económico modestas, condicionadas pelos níveis elevados de endividamento e pelo abrandamento económico dos países emergentes, condicionando a evolução dos mercados financeiros.

Em 2015, os mercados financeiros foram caracterizados pela elevada volatilidade que apresentaram. É possível segmentar o ano de 2015 em três períodos distintos: um primeiro período de crescimento até abril/maio fruto da política expansionista dos principais bancos centrais; um segundo período marcado por um decréscimo até setembro, altura em que os mercados financeiros atingem o ponto de inflexão, retomando um ciclo de crescimento até ao final do ano.

Neste ambiente, a estratégia de investimentos da empresa foi caracterizada no 1º quadrimestre pela aplicação em obrigações de taxa fixa permitindo que a Companhia beneficiasse do programa de *quantitative easing* do BCE. A partir de maio, as operações realizadas tiveram como principal objetivo a implementação de uma gestão *ALM* devido à entrada em vigor do regime Solvência II a partir de 2016.

No 1º quadrimestre, a empresa manteve uma estratégia seletiva cumprindo com a sua política de investimentos, participando sobretudo em emissões *Benchmark* que apresentassem prémios de subscrição atrativos, com maturidade limite de 10 anos, de emitentes investment grade com um nível de senioridade superior, essencialmente europeus de exposição core e periférica.

Durante o primeiro semestre, os principais índices acionistas atingiram sucessivos máximos históricos. Apesar disso, a empresa decidiu manter a sua exposição nula a esta classe já que o mercado obrigacionista permitia obter retornos de forma garantida, regular e superiores ao mercado acionista. Lembra-se que a ação do BCE, permitiu que as taxas de juro caíssem para níveis nunca observados.

Alguns eventos iriam marcar este período e condicionar os períodos seguintes, nomeadamente, a dívida soberana alemã com maturidade de 10 anos chegou a transacionar a 0,04%; a taxa Euribor a 3 meses atingiu pela primeira vez valores negativos; e pela primeira vez na história, Portugal emitiu dívida pública com juros negativos. Os prémios de risco da dívida soberana dos países periféricos caíram para níveis já não atingidos desde 2010.

A partir de maio, a elevada instabilidade associada à situação na Grécia teve repercussões nos mercados financeiros em especial nos mercados de taxa fixa. Já no segundo semestre, a situação económica da China provocou um terramoto nos mercados acionistas mundiais. Na sequência da desvalorização do Yuan em 1,9%, a bolsa de Xangai caiu mais de 8% influenciando os índices europeus, norte-americanos e também os preços das matérias-primas.

Nesta fase, o principal objetivo da Companhia foi reforçar a gestão ALM e preparar de forma adequada a entrada no regime de Solvência II. No final do ano, com a melhoria do sentimento dos mercados, foram realizados investimentos noutras classes de ativos, nomeadamente ações e dívida subordinada.

(milhares de euros)

Ativos sob Gestão ⁽¹⁾	2015	2014	VAR 15/14 %
Obrigações	341 538	353 783	-3,5
Taxa fixa	307 722	330 902	-7,0
Taxa variável	33 816	22 881	47,8
Ações e Fundos de Investimento	11 933	8 205	45,4
Ações	5 886	0	-
Fundos de investimento	6 047	8 205	-26,3
Liquidez	2 585	13 554	-80,9
Unit Linked ⁽²⁾	4 308	216 293	-98,0
Total	360 364	591 835	-39,1
Total s/ Unit Linked	356 056	375 542	-5,2

(1) Valores apurados numa ótica de gestão.
(2) Essencialmente em fundos de investimento.

No final do ano, os ativos sob gestão da T-Vida ascendiam a 360 364 milhares de euros, representando um decréscimo de 231 471 milhares de euros (-39,1%) face a 2014 justificado pelo resgate de uma Operação de Capitalização. Expurgando os ativos associados a produtos *Unit Linked*, os ativos sob gestão situaram-se em 356.056 milhares de euros o que representa um decréscimo homólogo de 5,2%.

A carteira de obrigações (excluindo *Unit Linked*) ascendeu a 341 538 milhares de euros (86,4% do total de ativos sob gestão), apresentou um *rating* médio de *investment grade* (BBB) e com uma exposição a dívida soberana de 94 657 milhares de euros (27,7% do total da carteira de obrigações), incluindo 3 000 milhares de euros em dívida pública de curto prazo (maturidade inferior a 1 ano que é considerada como alternativa a liquidez).

A carteira de obrigações de taxa variável representou em média 10,5% dos ativos sob gestão. Durante todo o ano foi mantido um nível de liquidez de segurança, em média de 4,8% dos ativos sob gestão. Cumprindo os limites definidos na política de investimento, não foi realizada qualquer

operação envolvendo *hedge funds*, ou produtos de características semelhantes, e as aplicações em instrumentos derivativos serviram única e exclusivamente para cobertura de risco cambial.

(milhares de euros)

Resultado Financeiro ⁽¹⁾	2015	2014	VAR 15/14 %
Rendimentos	4 903	9 098	-46,1
Ganhos e perdas	6 679	10 618	-37,1
Imparidades/ reversão	0	-418	-100,0
Ganhos/ perdas <i>unit linked</i>	-47 178	-66 024	-28,5
Total	-35 596	-46 726	-23,8
Total s/ Unit Linked	11 582	19 298	-40,0

1) Valores apurados numa ótica de gestão.

No ano de 2015, o resultado da atividade financeira (sem *Unit Linked*) foi positivo em 11 582 milhares de euros o que representa uma diminuição de 7 716 milhares de euros (-40,0%) face ao ano anterior. As principais rubricas (excluindo *Unit Linked* e imparidades) registaram variações homólogas desfavoráveis. A redução das taxas de juro penalizou os rendimentos em -46,1%, quando comparado com valores homólogos. A rentabilidade dos ativos médios excluindo o efeito dos *Unit Linked* foi de 3,1% (2014: 5,1%). Considerando a variação da reserva de justo valor, a rentabilidade foi de -0,2% (2014: 8,7%).

2.4.7 Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2015, o capital próprio diminuiu para 67 879 milhares de euros, menos 7 779 milhares de euros relativamente ao ano anterior. Esta diminuição é explicada pelo decréscimo das reservas de reavaliação em 8 848 milhares de euros, situando-se nos -3 496 milhares de euros, por impacto da evolução negativa do mercado de crédito. O resultado líquido apresentou-se inferior ao período homólogo (-1 841 milhares de euros).

O rácio de solvabilidade estimado em dezembro de 2015 (incluindo o efeito de distribuição de dividendos) situou-se em 183,5%, que compara com 196,1% registado em 2014.

(milhares de euros)

Capital Próprio	2015	2014	VAR 15/14 %
Capital social	65 000	65 000	0,0
Reservas de reavaliação	-3 496	5 352	-165,3
Outras reservas	3 687	842	337,9
Resultados transitados	235	170	38,2
Resultado líquido	2 453	4 294	-42,9
Total	67 879	75 658	-10,3

2.4.8 Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

No âmbito da Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a T-Vida prosseguiu, no decorrer do ano de 2015, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II.

Durante o ano de 2015, a Diretiva 2009/138/CE foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro,

onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime Solvência II, a partir de 1 de janeiro de 2016. Na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, e das Orientações Técnicas, a T-Vida ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

No decurso do ano de 2015, e no âmbito integrado do Grupo Tranquilidade, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Participação ativa em grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Resposta à Circular n.º 1/2015 de 16 de julho;
- Definição e formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II em vigor;
- Sistematização de toda a legislação referente ao Solvência II na Intranet do Grupo;
- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos da fase preparatória, a nível individual e de Grupo;
- Atualização da ferramenta de projeção de *cash-flows* (T-Vida);
- Revisão de processos, informação e respetiva documentação para efeitos de reporte e cálculo das cargas de capital;
- Revisão do Sistema de Governo;
- Desenvolvimento da Política de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (T-Vida), criação de uma política de Sanções e Anticorrupção, bem como de implementação de procedimentos de *Know Your Customer* e de conservação de documentos;
- Monitorização e reporte do risco operacional relacionado com a fraude;
- Desenvolvimento do ciclo de revisão de Continuidade de Negócio, conforme programado (incluindo a realização de exercícios operacionais de Continuidade de Negócio);
- Desenvolvimento de programas de formação específicos e de informação;
- Início do projeto para substituição das ferramentas/ *Datawarehouse* que permitam responder aos requisitos de Pilar I e III;
- Início do projeto de revisão do processo ORSA.

Em matéria de Solvência II foi adicionalmente efetuada a monitorização das ações/ projetos previstos no plano de implementação do Programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. vem propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, que ao resultado líquido do exercício de 2015, no montante positivo de 2 452 521,56 euros, seja feita a seguinte aplicação:

- a) 10% do Resultado do Exercício no montante de 245 252,16 euros para Reserva Legal;
- b) Pagamento de dividendos no montante de 2 200 000,00 euros;
- c) O remanescente para Resultados Transitados.

O rácio de solvência, após a aplicação de resultados atrás proposta, mantém-se acima dos níveis mínimos regulamentares exigidos.

2.6 OBJETIVOS PARA 2016

O ano de 2016 será um ano para acelerar e aprofundar a estratégia definida em 2011. Assim, as linhas de negócio estratégicas serão, no Vida Risco:

- Individual:
 - Previdência, com uma abordagem segmentada;
 - Proteção ao Crédito Habitação;
- Empresas:
 - Proteção dos “Homens-chave” nas PME’s;
 - Proteção dos profissionais deslocados profissionalmente no exterior (empresas exportadoras);

De salientar nos Particulares um *up-grade* do processo de seleção do risco (com as Tele-entrevistas), que permitirá uma maior aceleração do processo de venda, maior qualidade no apuramento do risco e uma tarifação personalizada a cada proponente. Este processo de seleção será progressivamente generalizado, tendo em conta a sua excelente aceitação por parte dos Parceiros de negócio e Clientes.

Haverá também continuidade da inovação por nichos de mercado, assim como um estudo em profundidade da viabilidade de uma oferta para Dependência. De notar que se pretende manter a qualidade de serviço percebida pelos Clientes Empresas e seus Corretores, o que permite uma taxa de renovação muito elevada. Nos produtos de Poupança e Investimento a médio ou longo prazo, o ambiente de taxas de juro em mínimos históricos e o enquadramento Solvência II irão levar a uma reformulação das condições para carteira e novos contratos, afirmando-se cada vez mais os *Unit Linked*.

A base de atuação da T-Vida continuará inserida numa lógica de fidelização dos Clientes e de complementaridade à proposta de valor para os Parceiros de negócio da Tranquilidade (Agentes e Corretores), assente nos seguintes pilares:

1. O alargamento seletivo da base de Agentes distribuidores de produtos Tradicionais, Vida Risco e Poupança de médio longo prazo. O *coaching* da rede de Agentes para reforço das suas competências ao nível do aconselhamento assim como a disponibilização de ofertas inovadoras que dão resposta às necessidades das sociedades modernas, serão as alavancas fundamentais para atingir o crescimento perspetivado.
2. O reforço da presença da T-Vida no Segmento Empresas, Grandes e Médias numa lógica de *Fringe Benefits* ou de *Employee Benefits*, com soluções ajustadas, às empresas e em particular às que atuam em diversas áreas geográficas ou com projeção internacional.
3. A abordagem ao segmento Negócios numa lógica de oferta integrada, Vida e Não Vida, continuará a ser desenvolvida e potenciada.

Os objetivos estabelecidos para 2016 estão de acordo com as expectativas de crescimento do setor e da economia.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início de 2015, a estrutura acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. alterou-se, pelo que na T-Vida houve lugar também à eleição de novos Órgãos Sociais, com a nomeação de novos membros do Conselho de Administração, novo Conselho Fiscal e novo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento ao Acionista Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., à imprescindível colaboração prestada pela GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A., bem como aos Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia T-Vida.

A T-Vida reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que o Grupo Tranquilidade, onde a T-Vida se insere, conseguisse ultrapassar com sucesso mais um ano importante da sua história.

Lisboa, 30 de março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Presidente)

Alexandre Miguel Varela Simões Lopes
(Vogal)

Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur
(Vogal)

Jan Adriaan de Pooter
(Vogal)

João Carlos Dores Candeias Barata
(Vogal)

Pedro Luís Francisco de Carvalho
(Vogal)

03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



VIDA

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras - Balanço (Ativo) de 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

Ativo	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015			31 de Dezembro de 2014
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	4 846		4 846	16 993
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	32 962		32 962	211 239
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	324 611		324 611	359 555
Empréstimos e Contas a Receber		16		16	5 800
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6				5 800
Empréstimos concedidos					
Contas a receber					
Outros	6	16		16	
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e Edifícios					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros ativos tangíveis	10	1		1	
Inventários					
Goodwill					
Outros ativos intangíveis	12	52 178	22 714	29 464	32 016
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		1 793		1 793	1 495
Provisão para prémios não adquiridos	4	39		39	
Provisão matemática do ramo vida	4	666		666	646
Provisão para sinistros	4	542		542	48
Provisão para participação nos resultados	4	546		546	801
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	18		18	
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		1 562	31	1 531	2 354
Contas a receber por operações de seguro directo	13	731	31	700	1 984
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	323		323	111
Contas a receber por outras operações	13	508		508	259
Ativos por Impostos		4 853		4 853	34
Ativos por impostos correntes	24	3 904		3 904	34
Ativos por impostos diferidos	24	949		949	
Acréscimos e diferimentos	13	466		466	544
Outros elementos do ativo	13	146 350		146 350	170 589
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Total Ativo		569 656	22 745	546 911	800 619

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

Passivo e Capital Próprio	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Passivo			
Provisões Técnicas		294 349	299 767
Provisão para prémios não adquiridos	4	1 682	1 780
Provisão matemática do ramo vida	4	271 628	278 831
Provisão para Sinistros			
De vida	4	15 657	9 973
Provisão para participação nos resultados	4	4 249	7 158
Provisão para compromissos de taxa	4	1 133	2 025
Provisão para estabilização de carteira			
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	177 647	414 348
Outros Passivos Financeiros		78	
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros	5 e 6	78	
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23		329
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		1 894	3 446
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	1 055	1 644
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	247	473
Contas a pagar por outras operações	13	592	1 329
Passivos por Impostos		216	3 777
Passivos por impostos correntes	24	216	3 586
Passivos por impostos diferidos	24		191
Acréscimos e diferimentos	13	3 601	3 294
Outras provisões	13	1 247	
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		479 032	724 961
Capital Próprio			
Capital	25	65 000	65 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital			
Reservas de Reavaliação		-3 496	5 352
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	-3 496	5 352
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	643	-1 555
Outras reservas	26	3 044	2 397
Resultados transitados		235	170
Resultado líquido do exercício		2 453	4 294
Total Capital Próprio		67 879	75 658
Total Passivo e Capital Próprio		546 911	800 619

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manuel Paulo DiasO DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da SilvaO DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões LopesO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes
Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur
Jan Adriaan de Pooter
João Carlos Dores Candeias Barata
Pedro Luís Francisco de Carvalho

Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015			31 de Dezembro de 2014
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		33 283		33 283	34 413
Prémios brutos emitidos	14	35 435		35 435	37 712
Prémios de resseguro cedido	14	-2 289		-2 289	-3 028
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	98		98	-271
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		39		39	
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	443		443	1 046
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	40 659		40 659	63 694
Montantes pagos	4	35 413		35 413	64 116
Montantes brutos	4	36 046		36 046	64 901
Parte dos resseguradores	4	-633		-633	-785
Provisão para sinistros (variação)	4	5 246		5 246	-422
Montante bruto	4	5 740		5 740	-596
Parte dos resseguradores	4	-494		-494	174
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-892		-892	2 025
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro	4	-11 642		-11 642	-30 570
Montante bruto		-11 622		-11 622	-30 430
Parte dos resseguradores		-20		-20	-140
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	2 152		2 152	3 055
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	9 114		9 114	9 250
Custos de aquisição		6 560		6 560	6 785
Custos de aquisição diferidos (variação)		6		6	11
Gastos administrativos		3 440		3 440	3 386
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-892		-892	-932
Rendimentos	16	4 568	378	4 946	9 187
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		4 389	378	4 767	9 005
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		179		179	182
Gastos Financeiros	16	432	1	433	458
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		432	1	433	458
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas		5 164	468	5 632	9 385
De ativos disponíveis para venda	17	6 184	468	6 652	10 018
De empréstimos e contas a receber					394
De investimentos a deter até à maturidade	17				
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5 e 17	-1 020		-1 020	-1 063
De outros	17				36
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas		279		279	713
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	279		279	713
Diferenças de câmbio	19	69	-86	-17	13
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)			-221	-221	592
De ativos disponíveis para venda	6				418
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		-221	-221	174
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	3		3	-7
Outras provisões (variação)	20		1 247	1 247	
Outros rendimentos/ gastos	20		-176	-176	518
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido Antes de Impostos		3 986	-443	3 543	6 764
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes	24		-304	-304	-2 470
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos	24		-786	-786	
Resultado Líquido do Exercício		3 986	-1 533	2 453	4 294
Resultado por ação (em euros)	27			0,04	0,07

04

DEMONSTRAÇÃO
DO RENDIMENTO
INTEGRAL

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



VIDA

04

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Demonstração do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

	2015	2014
Resultado Líquido do Exercício	2 453	4 294
Itens que Poderão Vir a Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	-6 650	7 718
Variação de justo valor dos ativos financeiros e de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-8 848	10 167
Variação dos impostos correntes e diferidos	2 198	-2 449
Itens que Não irão Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	218	-135
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	218	-135
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Outro Rendimento Integral do Exercício Depois de Impostos	-6 432	7 583
Total do Rendimento Integral do Exercício	-3 979	11 877

05

MAPA DE VARIACÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



VIDA

05

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Mapa de Variação de Capitais Próprios nos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
		Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	De Instrumentos de Cobertura em Coberturas de Fluxos de Caixa		Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanço a 31 de Dezembro 2013	65 000	-4 851	36	894	2 337	-235	104	4 296	67 581
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		10 203							10 203
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa			-36						-36
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				-2 449					-2 449
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						-135			-135
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					430		-430		-
Distribuição de lucros							-3 800		-3 800
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							4 296	-4 296	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	10 203	-36	-2 449	430	-135	66	-4 296	3 783
Resultado líquido do exercício								4 294	4 294
Balanço a 31 de Dezembro 2014	65 000	5 352	-	-1 555	2 767	-370	170	4 294	75 658
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-8 848							-8 848
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				2 198					2 198
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						218			218
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					429		-429		-
Distribuição de lucros							-3 800		-3 800
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							4 294	-4 294	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-8 848	-	2 198	429	218	65	-4 294	-10 232
Resultado líquido do exercício								2 453	2 453
Balanço a 31 de Dezembro 2015	65 000	-3 496	-	643	3 196	-152	235	2 453	67 879

06

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



VIDA

06

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

	2015	2014
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	-220 434	-79 155
Resultado líquido do exercício	2 453	4 294
Depreciações e amortizações do exercício	2 821	2 549
Variação das provisões técnicas de seguro direto	-6 926	-7 336
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-1 326	-816
Variação de passivos por contratos de investimento	-236 701	-57 441
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	1 044	1 278
Variação de outros ativos e passivos por impostos	-8 379	4 491
Variação de outros ativos e passivos	2 483	1 925
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-1 552	-302
Imparidade de activos disponíveis para venda	-	418
Imparidade de outros ativos	-221	174
Variação de acréscimos e diferimentos	385	2 486
Variação de outros elementos do ativo	24 238	-30 875
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	212 087	92 419
Variação de investimentos	209 280	83 408
Dividendos recebidos	-	17
Juros	3 076	9 310
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-269	-316
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	-3 800	-3 800
Distribuição de dividendos	-3 800	-3 800
Subscrição de capital/ prestações acessórias	-	-
Variação Líquida em Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	-12 147	9 464
Caixa e equivalentes no início do exercício	16 993	7 529
Caixa e equivalentes no fim do exercício	4 846	16 993

07

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



VIDA

07

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014, do segmento de negócio, é como segue:

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia) foi constituída em 28 de julho de 2006 tendo como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo Vida, com início em 1 de agosto de 2006, sendo detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 1 de agosto de 2006, a Companhia adquiriu a carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A.

A Companhia tem sede social na Av. da Liberdade, 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 507684486 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. A Companhia prossegue o exercício da atividade de seguros Vida sob a supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), mediante a autorização nº 1 165 e LEI: 5493000ZK80G370GQ140.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

NOTA 2 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A T-Vida explora o ramo de seguros Vida, para o qual foi autorizada pela ASF e, apesar de dispor de uma gama variada de produtos, a sua estratégia assenta essencialmente na oferta de Soluções de Proteção e Reforma para os segmentos de clientes Particulares e Empresas.

A sua política e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/ benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio. De salientar o bom desempenho apresentado pelos seguros de vida risco, (+9,2%), num contexto de volumes em alta mas ainda fracos do mercado de crédito, o que consolida a estratégia da T-Vida em orientar-se para soluções de Proteção/ Previdência.

(milhares de euros)

2015	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	35 435	26 471	8 958	6
Comissões de contratos de investimento	443	-	-	443
Prémios brutos adquiridos	35 533	26 569	8 958	6
Resultado dos investimentos	9 648	2 817	7 017	-186
Custos com sinistros brutos	41 786	16 357	25 429	-
Variação da provisão matemática	-11 622	591	-12 213	-
Variação da provisão para compromissos de taxa	-892	-701	-191	-
Participação nos resultados	2 152	1 364	788	-
Custos de exploração brutos	10 006	6 897	1 820	1 288
Saldo de resseguro	-211	-211	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	3	3	-	-
Resultado técnico	3 986	4 670	341	-1 025
Rubricas de Balanço				
Ativos afectos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	477 808	82 821	216 179	178 808
Provisões técnicas	294 349	92 791	201 515	43
Passivos financeiros de contratos de investimento	177 647	-	-	177 647

(milhares de euros)

2014	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	37 712	24 627	13 085	-
Comissões de contratos de investimento	1 046	-	-	1 046
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-
Prémios brutos adquiridos	37 441	24 356	13 085	-
Resultado dos investimentos	16 569	6 411	12 224	-2 066
Custos com sinistros brutos	64 305	16 859	47 446	-
Variação da provisão matemática	-30 430	-2 025	-28 405	-
Variação da provisão para compromissos de taxa	2 025	1 699	326	-
Participação nos resultados	3 055	1 553	1 502	-
Custos de exploração brutos	10 182	5 321	1 932	2 929
Saldo de resseguro	-1 345	-1 345	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-7	-7	-	-
Resultado técnico	4 567	6 007	2 508	-3 948
Rubricas de Balanço				
Ativos afectos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	723 031	93 530	212 607	416 894
Provisões técnicas	299 767	90 772	208 995	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	414 348	-	-	414 348

NOTA 3 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da T-Vida agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações introduzidas pelas Normas n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro, e n.º 22/2010-R, de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2015, a T-Vida adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a T-Vida ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Em virtude de a Companhia ser, através do seu acionista, uma subsidiária da AP VIII Calm Eagle Holdings SCA, com sede no Luxemburgo, na Avenue J.F. Kennedy L-1855, 44, as demonstrações financeiras agora apresentadas serão consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas desta entidade.

As demonstrações financeiras da T-Vida em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2016. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adotados

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
 - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria. Durante 2014, a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“*tainting*”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a T-Vida não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras a Companhia não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de justo valor.

Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor. A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Equipamento informático	3

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Ativos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

A Companhia efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade. O impacto desta revisão encontra-se expresso na Nota 12.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Loações

A Companhia classifica as operações de locação existentes como locações operacionais, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações, dado que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos não são transferidos para o locatário.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a T-Vida cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro cedido.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Plano de Benefício Pós-Reforma

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE nº. 32 de 9 de agosto 2008, é concedida aos Colaboradores abrangidos por este contrato, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, a possibilidade de acederem a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, alterações que se mantiveram no Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, nº 4 de 29 de janeiro de 2015.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de rating elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/ custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/ responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/ custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os

efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/ custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tem um plano de contribuição definida contributivo para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os trabalhadores que observem as condições definidas no novo Contrato Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores, quando existentes, são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2014 corresponde a 22,5% e 24,5%, respetivamente, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à

aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 euros e inferior a 7 500 000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7 500 000 euros e inferior a 35 000 000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que

sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na

utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de desconto e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão matemática de contratos vida, (ii) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas, (iv) provisão para estabilização de carteira e (v) provisão para prémios não adquiridos.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros provocados por ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais.

Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a T-Vida considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

NOTA 4 - NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro e de Investimento

Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia em que o risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo, em particular devido à existência de participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é considerado como um contrato de investimento mas reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*Unit Linked*) emitidos pela Companhia, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação associada, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *Unit Linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *Unit Linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *Unit Linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prêmios

Os prêmios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

Provisão para prêmios não adquiridos

A provisão para prêmios não adquiridos corresponde ao valor dos prêmios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R da ASF, calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prêmios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prêmios não adquiridos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prêmios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico estão limitados a 20% da respetiva provisão para prêmios não adquiridos.

Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de janeiro de 2004 (**)	GKM 80	0,56% e 2,75%
Seguros em Caso de Vida (*)		
Rendas – Até junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de janeiro de 2015	GKF 95	2,25% e 1,15%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%
Seguros em Caso de Morte (*)		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%
Após 1 de outubro de 2013	PASEM 2010	0%
Seguros Mistos (*)		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(**) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2015.

As provisões matemáticas são Zillmerizadas e o respetivo efeito é abatido às mesmas.

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de retorno dos ativos a cobrir provisões técnicas. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados através da provisão para compromissos de taxa.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Esta provisão é calculada com base nos rendimentos das carteiras de ativos afetos, incluindo as mais e menos valias realizadas e não realizadas reconhecidas em resultados do exercício e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PACES 07"), a provisão para participação nos resultados a atribuir reflete o valor líquido das mais e menos-valias potenciais (ajustamentos de justo valor) dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, na parte estimada dos tomadores de seguro ou beneficiários do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Esta provisão é constituída diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos produtos de vida com participação nos resultados.

Provisões de resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto e em conformidade com o previsto no normativo em vigor. As metodologias que suportam o cálculo das provisões, não sofreram qualquer alteração relativamente aos métodos e pressupostos do ano anterior.

Variações de provisões técnicas de seguro direto e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto refletida no passivo e a respetiva variação anual refletida na conta de ganhos e perdas pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Tradicionais	1 682	1 780	98	-271
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	1 682	1 780	98	-271

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Tradicionais	39	-	39	-
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	39	-	39	-

A provisão para sinistros de seguro direto refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Tradicionais	6 137	3 806	2 331	-345
Capitalização com participação nos resultados	9 520	6 167	3 409	-251
Total	15 657	9 973	5 740	-596

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1 455 milhares de euros (2014: 869 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR).

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, para produtos exclusivamente tradicionais, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2014 (1)	Sinistros* Pagos em 2015 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2015 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Produtos de risco	3 292	1 867	1 441	16
Restantes produtos tradicionais**	514	719	397	602
Total	3 806	2 586	1 838	618

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores.

** Inclui vencimentos, rendas e resgates.

Os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação às responsabilidades efetivas da Companhia.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Tradicionalis	542	48	-494	174
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	542	48	-494	174

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Tradicionalis	13 658	372	2 331	16 361
Capitalização com participação nos resultados	22 016	-	3 409	25 425
Total	35 674	372	5 740	41 786

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2015 e 2014:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	7 158	2 666
Dotação do ano	2 152	3 055
Pagamentos	-1 448	-1 625
Incorporação em provisão matemática	-91	-429
Variação da participação a atribuir (<i>shadow accounting</i>)	-3 491	3 491
Saldo em 31 de Dezembro	4 280	7 158

O cálculo da provisão para participação nos resultados é efetuado apólice a apólice.

Relativamente aos produtos financeiros, o seu valor foi verificado em função do juro técnico de cada produto. No caso dos produtos de risco de apólices de grupo, os valores são calculados de acordo com a Conta de Participação nos Resultados definida em cada apólice.

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo apresentou a seguinte evolução em 2015 e 2014:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	801	912
Dotação do ano	774	850
Recebimentos	-1 029	-961
Saldo em 31 de Dezembro	546	801

A provisão matemática refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, em 2015 e 2014, é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	278 831	290 678
Variação do ano	-11 622	-30 430
Incorporação de participação nos resultados	91	429
Outros movimentos	4 328	18 154
Saldo em 31 de Dezembro	271 628	278 831

Os valores de Outros movimentos em 2014 e 2015 referem-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão para participação nos resultados discricionária.

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Tradicionalis	666	646	-20	-140
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	666	646	-20	-140

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Tradicionalis	998	1 699	-701	1 699
Capitalização com participação nos resultados	135	326	-191	326
Total	1 133	2 025	-892	2 025

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo vida, o risco pode ser subdividido em:

- Risco de Mortalidade: risco de perdas provocadas pelo aumento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- Risco de Longevidade: risco de perdas provocadas pela diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- Risco de Descontinuidade: risco de perdas provocadas pelo aumento/ diminuição (consoante seja o mais oneroso) das anulações face ao esperado;
- Risco de Despesas: risco de perdas pelo aumento das despesas face ao previsto;
- Risco de Invalidez: risco de perdas por aumento da taxa de invalidez real face à estimada;
- Risco Catastrófico: risco de perdas por ocorrência de um evento catastrófico que afete os contratos dos seguros de Vida.

Para o efeito, importa salientar que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O programa de resseguro em 2015 é constituído pelos tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida Crédito Habitação	Excedente de somas
Vida Grupo	Excedente de somas
Vida Crédito Individual	Excedente de somas
Vida VTCC2.0	Excedente de somas
Vida Profissionais de Saúde	Excedente de somas
Vida + Cool	Quota parte
Vida Catástrofes	Excesso de perdas (XL)
Vida Proteção de Cúmulos	Excesso de perdas (XL)
Assistência	Quota parte
Saúde	Quota parte
Vida (Proteção aos Prémios)	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, foi realizada para os riscos de Mortalidade e de Despesas, com as perdas esperadas pela aplicação de cenários de choque a serem descritas em seguida:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2015	2014
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-941	-925
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados	-2.371	-1.744

De referir, que para efeitos da análise da sensibilidade do risco de Mortalidade, não são tidos em consideração os prémios futuros.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela T-Vida, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é proposta pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global e aprovada pelo Conselho de Administração, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2015	2014
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-826	-1

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2015	2014
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-1 193	-600

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2015	2014
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-	-220

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Em 2015 e 2014 não existe exposição a este risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

De seguida apresentam-se os valores das análises de sensibilidade a este risco:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2015	2014
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	19 945	15 654
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	-17 198	-14 582

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2015	2014
Taxa de juro	Descida de 10 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	-1 017	-1 146
	Subida de 10 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	794	1 128

Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*.

(milhares de euros)

Rating	2015		2014	
	%	Valor	%	Valor
AAA	5%	18 735	10%	33 757
AA	4%	14 747	15%	53 060
A	25%	86 030	17%	58 630
BBB	39%	132 402	32%	114 282
BB	15%	50 789	23%	81 873
B	2%	5 149	1%	4 261
Unrated	10%	33 764	2%	7 920
Total	100%	341 616	100%	353 783

Estes valores não incluem depósitos e ativos das carteiras *Unit Linked* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2015			2014		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	2%	8 391	-	6%	19 956	-
Comunicações	3%	9 260	-	3%	12 643	-
Bens consumíveis (cíclico)	5%	16 207	-	7%	24 505	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	6%	20 465	-	8%	29 126	-
Energia	3%	11 925	-	2%	7 225	-
Financeiro	39%	138 347	-	19%	68 058	-
Fundos	2%	6 047	-	2%	8 743	-538
Dívida Pública	27%	94 657	-	41%	149 468	-
Industrial	3%	11 139	-	4%	13 686	-
Tecnologia	2%	7 820	-	2%	5 490	-
Serviços públicos/ coletivos	8%	28 107	-	6%	21 868	-
Outros	0%	1 184	-	0%	1 759	-
Total	100%	353 549	-	100%	362 527	-538

Os valores englobam as rubricas de Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos disponíveis para venda. São excluídos os fundos de investimento imobiliário, por razões de coerência com a não inclusão nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos e ativos das carteiras *Unit Linked* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

De forma a avaliar e mitigar esse risco e conforme se encontra estipulado na Política de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez, a Companhia efetua trimestralmente, para os doze meses seguintes, um plano de tesouraria numa base mensal, sendo o mesmo ajustado em função das necessidades existentes ou dos excedentes de capital verificados.

A análise de maturidade e dos fluxos estimados, dos ativos e passivos financeiros, de 2015 e 2014, e da provisão matemática de 2015, é como segue:

(milhares de euros)

2015	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	6 544	3 881	46 589	185 534	252 602	15 166	510 316
Passivos financeiros e provisão matemática	5 121	6 521	25 166	171 644	242 795	-	451 247
Líquido	1 423	-2 640	21 423	13 890	9 807	15 166	59 069

(milhares de euros)

2014	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	27 396	3 473	22 696	433 556	267 773	11 636	766 530
Passivos financeiros e provisão matemática	3 333	5 966	20 937	350 208	309 681	6 500	696 625
Líquido	24 063	-2 493	1 759	83 348	-41 908	5 136	69 905

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano. Os *ratings* dos resseguradores são analisados como segue:

Ressegurador	Rating
Munich Re	AA-
Scor Global Life	AA-
RGA Re	AA-
Nacional Reaseguros	A-
Swiss Reinsurance	AA-
Europ Assistance	n.a
Tranquilidade	n.a
GE Financial Insurance	n.a
GNB Vida	n.a

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação já existentes ou a desenvolver na T-Vida face aos riscos atrás identificados, destacamos as seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de Normativos Internos e Manuais de Procedimentos
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;

- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na T-Vida para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda a Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a T-Vida se encontra sujeita;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a T-Vida apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os

riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da T-Vida (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global, que detém uma função de supervisão, tendo como principal responsabilidade a monitorização do sistema de gestão de risco e de controlo interno, e pela Direção Jurídica, que detém a função de *Compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direção de Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresenta um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno na T-Vida encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma da ASF n.º 14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais atividades;

Adicionalmente, a T-Vida dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizado na Direção de Risco Global, no qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Solvência

A T-Vida monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º 6/2007-R, de 27 de abril, da ASF e o cálculo da respetiva margem estimada apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	36 215	39 842
Margem de Solvência a Constituir	19 741	20 320
Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares)	18 523	19 289
Seguros e operações ligados a fundos de investimento	332	441
Seguros complementares (incluindo seguros complementares de seguros ligados a fundos de investimento)	886	590
Fundo de garantia mínimo legal	3 700	3 700
Excesso/ Insuficiência da Margem de Solvência	16 474	19 522
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	183,5%	196,1%

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

Na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, e das Orientações Técnicas, a T-Vida ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

No âmbito do Regime Transitório definido para Portugal, previsto na Circular n.º 5/2014 da ASF, foi efetuado um exercício relativo ao requisito de capital de solvência com referência a 30 de setembro de 2015, cujos resultados ainda não são definitivos, mas que apontam para uma suficiência dos seus capitais elegíveis.

Rácios de Atividade

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2015	2014
Sinistros/ prémios (IFRS 4)	117,9%	170,5%
Benefícios pagos/ depósitos recebidos (IAS 39)	423,1%	60,4%
Custos de aquisição/ (prémios + depósitos recebidos)	15,2%	7,7%
Custos administrativos/ (prémios + depósitos recebidos)	8,0%	3,8%

Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa. Para cada produto novo são efetuadas análises de viabilidade futura.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

NOTA 5 - PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento é como segue:

	(milhares de euros)				
	Financieros Sem Participação nos Resultados	United Linked	PPR United Linked	OCA's Unit Link	Total
Saldos a 1 de Janeiro de 2014	145 468	7 588	40 234	278 499	471 789
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	45 721	4 644	330	-	50 695
Montantes pagos	-22 232	-3 517	-5 677	-	-31 426
Juros técnicos	6 040	744	1 571	-66 911	-58 556
Outros movimentos	-18 154	-	-	-	-18 154
Saldos a 31 de Dezembro de 2014	156 843	9 459	36 458	211 588	414 348
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	7 192	731	241	-	8 164
Montantes pagos	-26 427	-1 967	-4 077	-164 158	-196 629
Juros técnicos	5 041	205	-1 724	-47 430	-43 908
Outros movimentos	-4 328	-	-	-	-4 328
Saldos a 31 de Dezembro de 2015	138 321	8 428	30 898	-	177 647

Os valores de Outros movimentos em 2014 e 2015 referem-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão para participação nos resultados discricionária.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	56 110	-6 923	49 187	70 592	-5 996	64 596
Capitalização	52 489	-5 034	47 455	67 882	-3 784	64 098
PPR	3 621	-1 889	1 732	2 710	-2 212	498
Valorizados ao Custo Amortizado	9	-5 288	-5 279	136	-6 176	-6 040
Capitalização	9	-2 996	-2 987	-	-3 890	-3 890
PPR	-	-2 292	-2 292	136	-2 286	-2 150
Total	56 119	-12 211	43 908	70 728	-12 172	58 556

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem também os valores das Notas 17 e 18, pelo que a análise deve ser feita em conjunto com as referidas notas.

O valor dos passivos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos produtos <i>unit linked</i>	-	38 998	-	38 998
Derivados	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros	-	38 998	-	38 998

(milhares de euros)

	2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos produtos <i>unit linked</i>	-	257 505	-	257 505
Derivados	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros	-	257 505	-	257 505

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros passivos financeiros		
Acordos de recompra - Valores a pagar	-	-
Outros	78	-
Valor de Balanço	78	-

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	324 611	359 555
Depósitos a prazo	-	5 800
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	32 962	211 239
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	357 573	576 594
Outros ativos financeiros	16	-
Total Ativos Financeiros	357 589	576 594

No Anexo 1 estão considerados em 2015, 78 milhares de euros de instrumentos financeiros derivados com valor negativo que no balanço são apresentados na rubrica Outros passivos financeiros do Passivo.

Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que a Companhia, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ ou (ii) contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	223	281
De outros emissores	29 506	3 366
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3 233	207 592
Valor de Balanço	32 962	211 239
Valor de aquisição	32 284	306 294

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 2 433 milhares de euros. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pela Companhia para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	94 657	149 468
De outros emissores	218 021	201 882
Ações	5 886	-
Outros títulos de rendimento variável	6 047	8 205
Valor de Balanço	324 611	359 555

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	146 978	1 520	970	-	149 468
De outros emissores	192 608	1 643	7 631	-	201 882
Ações	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	8 501	-	242	-538	8 205
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	348 087	3 163	8 843	-538	359 555
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	93 460	1 410	-213	-	94 657
De outros emissores	218 847	2 821	-3 647	-	218 021
Ações	5 803	-	83	-	5 886
Outros títulos de rendimento variável	5 766	-	281	-	6 047
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	323 876	4 231	-3 496	-	324 611

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade podem ser detalhados como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	538	813
Dotações do exercício	-	418
Anulações do exercício por venda de ativos	-538	-693
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	538

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	418
Total	-	418

Investimentos a Deter até à Maturidade

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem ativos classificados nesta categoria. No entanto, importa realçar que durante 2014 a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“tainting”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a T-Vida não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

Ativos/ Passivos Financeiros Detidos para Negociação

O saldo desta tipologia de ativos e passivos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015		2014	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados - Forward de moeda	-78	8 640	-	-
Valor de Balanço	-78	8 640	-	-

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas. Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efetuou alguns contratos de cobertura cambial para os respetivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*. As variações do justo valor destes instrumentos derivados são registados diretamente na demonstração de ganhos e perdas, uma vez que a Companhia não utiliza contabilidade de cobertura por não se encontrarem cumpridos os requisitos definidos para o efeito pela Norma IAS 39.

Dado que estes contratos apresentam em 2015 um justo valor negativo, os mesmos são apresentados no Passivo, na rubrica Outros passivos financeiros – Outros.

Derivados de Cobertura

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia detinha instrumentos financeiros de cobertura, que visavam a cobertura de fluxos de caixa. Para o efeito, celebrou contratos designados de *Swaps* de taxa de juro, i.e., contratos em que uma série de fluxos financeiros, numa dada

moeda, determinados pela taxa de juro, são trocados durante um período predefinido.

No caso concreto, os contratos celebrados tiveram como propósito a troca de juro de taxa variável por juro de taxa fixa, com o objetivo de proteção face a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro, incutidas na formação das taxas de juro das obrigações de taxa variável, detidas pela Companhia.

Durante o exercício de 2010, a Companhia procedeu ao término dos referidos contratos de cobertura, mantendo em alguns casos, os ativos de taxa variável sobre os quais os riscos de fluxos de caixa estavam cobertos.

As quantias reconhecidas em 2015 e 2014 em Capital Próprio, com origem direta nos derivados de cobertura estabelecidos, foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ganhos e perdas	-	36
Reserva de reavaliação	-	-36
Total Reconhecido em Capital Próprio	-	-
Valor nocional	-	-

Os valores registados em Ganhos e Perdas foram contabilizados na rubrica Ganhos Líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de resultados – Outros.

Os valores registados na Reserva de Reavaliação, contabilizados na rubrica “Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa”, totalizavam a 31 de dezembro de 2014 o valor de 36 milhares de euros, e o seu desreconhecimento prospetivo, de acordo com os requisitos da Norma IAS 39, terminou nesse ano.

Outros Ativos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda em 2015 um valor de 16 milhares de euros em Empréstimos e contas a receber - Outros que correspondem a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros Registados ao Custo Amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

	2015		2014	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 846	4 846	16 993	16 993
Empréstimos e contas a receber	16	16	5 800	5 800
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 531	1 531	2 354	2 354
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	6 393	6 393	25 147	25 147
Passivos financeiros de contratos de investimento	132 051	138 321	152 935	156 843
Outros passivos financeiros	78	78	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1 894	1 894	3 446	3 446
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	134 023	140 293	156 381	160 289

Adicionalmente de referir que, em 2015, o justo valor da Provisão matemática expressa nas demonstrações financeiras (271 628 milhares de euros) é de 290 477 milhares de euros.

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão.

Todos os outros ativos e passivos, tendo em conta que são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

Metodologias de Valorização

O valor dos ativos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	300 078	4 303	20 230	324 611
Títulos e unidades de participação	6 047	-	-	6 047
Ações e outros títulos de rendimento variável	5 886	-	-	5 886
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	94 657	-	-	94 657
De outros emissores	193 488	4 303	20 230	218 021
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	32 962	-	-	32 962
Títulos e unidades de participação	3 233	-	-	3 233
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	223	-	-	223
De outros emissores	29 506	-	-	29 506
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	333 040	4 303	20 230	357 573
Derivados	-	-78	-	-78
Total Passivos Financeiros	-	-78	-	-78

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

(milhares de euros)

	2014			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	357 358	-	2 197	359 555
Títulos e unidades de participação	6 008	-	2 197	8 205
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	149 468	-	-	149 468
De outros emissores	201 882	-	-	201 882
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	7 078	-	204 161	211 239
Títulos e unidades de participação	3 431	-	204 161	207 592
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	281	-	-	281
De outros emissores	3 366	-	-	3 366
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	364 436	-	206 358	570 794

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

(milhares de euros)

	31 de Dezembro de 2014	Valias Potenciais	Compras	Vendas	Reembolsos	Imparidades	Valias Realizadas	31 de Dezembro de 2015
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2 197	-	20 230	-2 332	-	-	135	20 230
Títulos e unidades de participação	2 197	-	-	-2 332	-	-	135	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	20 230	-	-	-	-	20 230
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	204 161	95 839	-	-156 800	-	-	-143 200	-
Títulos e unidades de participação	204 161	95 839	-	-156 800	-	-	-143 200	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	-

O impacto de uma alteração de +/- 10% é analisado como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado do Exercício	Impacto na Reserva de Justo Valor
		2015	2015
Obrigações	Subida de 10% nos valores de mercado Obrigações	-	2 023
Obrigações	Descida de 10% nos valores de mercado Obrigações	-	-2 023

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado do Exercício	Impacto na Reserva de Justo Valor
		2014	2014
Fundos de Investimento	Subida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	220
Fundos de Investimento	Descida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-220	-

Em 31 de março de 2015, no contexto do plano de recuperação do Grupo Tranquilidade, a T-Vida subscreveu através de uma subscrição particular, um empréstimo obrigacionista no valor de 20 milhões de euros, emitido pela sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l..

Este empréstimo obrigacionista, que vence juros à taxa Euribor a 3 meses mais 150 b.p., foi subscrito integralmente com reservas livres da T-Vida, não alocadas a produtos subscritos pelos seus clientes, e com conhecimento e aprovação por parte do acionista da T-Vida e da ASF. O encaixe deste empréstimo foi integralmente reinvestido na Tranquilidade. Os cupões desta obrigação foram capitalizados na data da respetiva maturidade e rendem juros à taxa definida para o título. Este empréstimo obrigacionista tinha uma duração inicial de 1 ano, tendo sido prorrogado por mais um ano, com as mesmas condições do contrato original.

Não é incluída avaliação de impactos para os casos de fundos autónomos representativos de passivos de contratos de investimento em que risco é do tomador de seguro.

NOTA 8 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Caixa	-	-
Depósitos em instituições de crédito	4 846	16 993
Total	4 846	16 993

NOTA 10 - OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

A Companhia possui ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Equipamento	1	-
Equipamento Informático	1	-
Imobilizado em Curso	-	-
Amortizações Acumuladas	-	-
Imparidades	-	-
Total Líquido	1	-

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Software	Outros	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	-	-	-
Adições	1	-	1
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-	-	-
Abates/ vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	1	-	1

NOTA 11 - AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

A indicação de quais os ativos afetos e não afetos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

(milhares de euros)

	2015				Total
	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afetos	
Caixa e equivalentes	2 427	74	290	2 055	4 846
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	28 939	-	4 023	-	32 962
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	267 699	29 126	-	27 786	324 611
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	16	-	16
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	1	1
	299 065	29 200	4 329	29 842	362 436

(milhares de euros)

	2014				Total
	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afetos	
Caixa e equivalentes	5 213	323	8 057	3 400	16 993
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2 433	-	208 806	-	211 239
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	295 634	28 781	-	35 140	359 555
Empréstimos concedidos e contas a receber	5 000	800	-	-	5 800
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-
	308 280	29 904	216 863	38 540	593 587

NOTA 12 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de ativos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 3 anos para o *software* e os outros ativos intangíveis, e sendo as amortizações calculadas de forma linear.

A Companhia efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade. Esta revisão resultou no apuramento de um montante de 157 milhares de euros de amortização extraordinária e não recorrente.

O *Value in force* (VIF) corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos. Este ativo é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido nas políticas contabilísticas, a T-Vida efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF, concluindo pela inexistência de uma perda por imparidade que devesse ser reconhecida. O teste foi efetuado com base numa avaliação feita pela Companhia considerando as condições de mercado e uma taxa de desconto de 10%.

O saldo das rubricas dos Outros intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros Intangíveis	52 178	51 909
Value in force	50 000	50 000
Software	2 177	1 685
Em curso	1	224
Amortizações Acumuladas	-22 714	-19 893
Imparidades	-	-
Total	29 464	32 016

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Value in Force	Software	Outros	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2014	32 939	530	780	34 249
Adições	-	-	316	316
Amortizações do exercício	-2 201	-348	-	-2 549
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	869	-869	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	30 738	1 051	227	32 016
Adições	-	29	331	360
Amortizações do exercício	-2 218	-603	-	-2 821
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	466	-466	-
Vendas/ abates	-	-	-91	-91
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	28 520	943	1	29 464

O saldo remanescente do Value in Force será amortizado com segue:

(milhares de euros)

	2016	2017	2018	2019	Após
Amortização estimada	2 074	2 129	2 022	1 791	20 505

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Total de Amortizações do Exercício	2 821	2 549
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	141	127
Custos e Gastos de Exploração Líquidos		
Custos de aquisição	423	382
Gastos administrativos	2 257	2 040
Gastos Financeiros		
Outros	-	-

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ativo Bruto	731	2 236
Tomadores de seguro (recibos por cobrar)	609	2 012
Mediadores de seguro	36	17
Cosseguradoras	86	207
Ajustamentos	-31	-252
Recibos por cobrar	-31	-252
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Ativo Líquido	700	1 984

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ativo Bruto	323	111
Resseguradores	-	47
Ressegurados	323	64
Ajustamentos	-	-
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Ativo Líquido	323	111

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ativo Bruto	508	259
Entidades relacionadas	34	203
Pessoal	16	13
Outros valores a receber	458	43
Ajustamentos	-	-
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Ativo Líquido	508	259

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	252	78
Dotações do exercício	-	174
Utilizações do exercício	-221	-
Saldo em 31 de Dezembro	31	252

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Acréscimos de Rendimentos	334	412
Rendimentos financeiros de resseguro cedido	334	412
Gastos Diferidos	132	132
Custos de aquisição	130	132
Seguros	2	-
Total	466	544

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo diz respeito a contratos de investimento comercializados pela T-Vida, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros

(milhares de euros)		
	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	170 589	139 714
Depósitos recebidos	7 445	48 875
Benefícios pagos	-34 296	-25 050
Juro técnico do exercício	2 612	7 050
Saldo em 31 de Dezembro	146 350	170 589

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Tomadores de seguro		
- Estornos a pagar	463	705
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	93	66
- Contas correntes	448	848
Cosseguradoras	51	25
Total	1 055	1 644

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Resseguradores	247	473
Ressegurados	-	-
Total	247	473

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Entidades relacionadas	219	764
Outros fornecedores de bens e serviços	29	90
Pessoal	13	13
Outros valores a pagar	331	462
Total	592	1 329

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Rendimentos Diferidos	-	-
Acréscimo de Custos	3 601	3 294
- Custos com pessoal (subsídios e encargos)	297	457
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	1 369	1 092
- Fornecimentos e serviços externos	748	281
- Serviços prestados a empresas relacionadas	21	10
- Comissões canal bancário	1 166	1 454
Total	3 601	3 294

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Outras Provisões	-	-
Outros Ajustamentos	1 247	-
Total	1 247	-

O valor de Outras provisões de 2015 é explicado pela constituição de uma provisão destinada a acautelar algumas divergências de reconciliações de contas de devedores e credores.

NOTA 14 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios de contratos de seguro direto e resseguro aceite são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vida						
Tradicionais	26 471	24 627	98	-271	26 569	24 356
PPR's e Capitalização com participação nos resultados	8 964	13 085	-	-	8 964	13 085
Total	35 435	37 712	98	-271	35 533	37 441

Os prémios de contratos de resseguro cedido são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Emitidos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos de Resseguro	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vida						
Tradicionais	2 289	3 028	39	-	2 250	3 028
PPR's e Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Total	2 289	3 028	39	-	2 250	3 028

A indicação de alguns valores do ramo Vida é como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto e Resseguro Aceite	35 435	37 712
Relativos a contratos individuais	25 521	24 724
Relativos a contratos de grupo	9 914	12 988
	35 435	37 712
Periódicos	27 912	27 821
Não periódicos	7 523	9 891
	35 435	37 712
De contratos sem participação nos resultados	21 044	19 287
De contratos com participação nos resultados	14 391	18 425
	35 435	37 712
Saldo de Resseguro	-211	-1 345

NOTA 15 - COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

NOTA 16 - RENDIMENTOS/ RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de réditos é como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Juros	4 946	9 170
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 631	6 772
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	179	165
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	1 390
Depósitos, empréstimos e outros ativos	136	843
Dividendos	-	17
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	17
Derivados	-	-
Total	4 946	9 187

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo, é como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	841	3 118
De outros emissores	3 969	5 209
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	17
Imóveis	-	-
Depósitos	136	843
Empréstimos e outros ativos	-	-
Total	4 946	9 187

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Custos imputados à função investimentos	433	458
Juros de acordos de recompra	-	-
Total	433	458

NOTA 17 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financieros - Não ao Justo Valor por Resultados	12 939	-2 028	10 911	25 817	-10 392	15 425
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 680	-2 028	6 652	20 410	-10 392	10 018
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	394	-	394
Derivados de cobertura	-	-	-	36	-	36
Ativos financeiros geridos por terceiros	4 259	-	4 259	4 977	-	4 977
Financieros - Ao Justo Valor por Resultados	194	-143 221	-143 027	71	-93	-22
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	194	-143 221	-143 027	71	-93	-22
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Total	13 133	-145 249	-132 116	25 888	-10 485	15 403

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento não *Unit Linked* comercializados pela T-Vida.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas realizados em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao custo amortizado no montante de -5 538 milhares de euros (2014: -6 040 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 18 - GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	95 865	-101	95 764	525	-66 459	-65 934
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros geridos por terceiros	-	-1 645	-1 645	2 073	-	2 073
Total	95 865	-1 746	-94 119	2 598	-66 459	-63 861

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB - Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento *Unit Linked* comercializados pela T-Vida.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas de ajustamentos de justo valor em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao justo valor por ganhos e perdas no montante de 52 051 milhares de euros (2014: 64 596 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 19 - GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados. O saldo é decomposto como segue:

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 143	-889	244	18	-5	13
Ativos financeiros detidos para negociação	264	-439	-175	-	-	-
Outros	-	-86	-86	-	-	-
Total	1 407	-1 424	-17	18	-5	13

NOTA 20 – OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros Rendimentos Técnicos	3	3
Comissões de gestão de cosseguro	3	3
Outros Gastos Técnicos	-	10
Comissões de gestão de cosseguro	-	10
Valor do Ganhos e Perdas	3	-7

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros Rendimentos Não Técnicos	611	962
Correções e acertos	597	910
Outros ganhos	14	52
Outros Gastos Não Técnicos	787	444
Ajustamentos de recibos por cobrar	-	-
Doativos	1	-
Penalidades	1	1
Mecenato	67	67
Ofertas a clientes	-	3
Acerto saldos devedores	-	117
Correções e acertos	30	152
Serviços bancários e juros de mora	30	44
Outros gastos	658	60
Valor do Ganhos e Perdas	-176	518

O saldo da rubrica de Outras provisões, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros ajustamentos	1 247	-
Valor do Ganhos e Perdas	1 247	-

O valor de Outras provisões de 2015 é explicado pela constituição de uma provisão destinada a acautelar algumas divergências de reconciliações de contas de devedores e credores.

NOTA 21 - GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas quatro funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

(milhares de euros) (%)

2015	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	132	9%	706	48%	588	40%	44	3%	1 470	100%
Fornecimentos e serviços externos	99	6%	984	59%	538	33%	33	2%	1 654	100%
Impostos	-	0%	13	62%	-	0%	8	38%	21	100%
Amortizações	141	5%	423	15%	2 257	80%	-	0%	2 821	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	348	100%	348	100%
Total	372	6%	2 126	34%	3 383	54%	433	7%	6 314	100%

(milhares de euros) (%)

2014	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	181	9%	964	48%	803	40%	60	3%	2 008	100%
Fornecimentos e serviços externos	88	6%	871	59%	476	33%	29	2%	1 464	100%
Impostos	-	0%	27	63%	-	0%	16	37%	43	100%
Amortizações	127	5%	382	15%	2 040	80%	-	0%	2 549	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	353	100%	353	100%
Total	396	6%	2 244	35%	3 319	52%	458	7%	6 417	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Combustíveis	20	21
Material de escritório, impressos e outros	2	1
Artigos para oferta	2	-
Manutenção de equipamento informático	84	48
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	60	54
Despesas de deslocação e representação	55	77
Correios	92	103
Seguros	2	-
Avenças e honorários	15	17
Publicidade e marketing	205	194
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	496	355
Serviços e desenvolvimentos informáticos	396	286
Quotizações APS	10	11
Cobrança de prémios	45	72
Trabalho temporário	-	23
Prestação de serviços operacionais	118	136
Outros serviços e fornecimentos diversos	52	66
Total	1 654	1 464

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Taxa para a ASF	21	43
Total	21	43

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Despesas de investigação e desenvolvimento	603	348
Intangível - <i>value in force</i>	2 218	2 201
Total	2 821	2 549

O montante das Provisões para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	348	353
Total	348	353

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	2 067	2 151
Custos imputados	2 126	2 244
Outros custos de aquisição	2 367	2 390
Custos de aquisição diferidos (variação)	6	11
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	57	67
Custos imputados	3 383	3 319
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-892	-932
Total	9 114	9 250

NOTA 22 - GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2015	2014
Diretores	1	1
Gestores	3	3
Coordenadores	1	1
Técnicos	14	13
Especialista operacional	4	4
Total	23	22

O montante das Despesas com pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Remunerações - órgãos sociais	100	386
Remunerações - pessoal	1 019	1 026
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	17	72
Encargos sobre remunerações - pessoal	203	204
Benefícios pós-emprego - planos de pensões de benefícios definidos	50	147
Seguros obrigatórios	27	34
Gastos de ação social	17	36
Outros gastos com pessoal	37	103
Total	1 470	2 008

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de

2015 ascendem a 48 milhares de euros, dos quais 35,5 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 12,5 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

NOTA 23 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma

Conforme referido na Nota 3, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE n.º 32 de 9 de agosto 2008, é concedida aos Colaboradores abrangidos por este contrato, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, a possibilidade de acederem a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, alterações que se mantiveram no Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2015.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, a Companhia não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

Adicionalmente, a Companhia tem também atribuído aos seus Administradores o direito a pensões ou complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e morte, tendo constituído um fundo de pensões específico para o financiamento destas responsabilidades.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma na T-Vida é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2015.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2015 e 2014, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2015	2014
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	0,50%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	1,00%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,50%	1,00%
Taxa de desconto	2,50%	2,25%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2015	2014
Ativos	-	4
Reformados	-	-
Total	-	4

Para além dos participantes referidos, existem adicionalmente, em 2015 e 2014, responsabilidades com serviços passados com beneficiários que cessaram funções.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades por serviços passados da T-Vida, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas Reconhecidas em Balanço		
Responsabilidades em 31 de dezembro	-252	-511
Saldo do fundo em 31 de dezembro	270	182
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro	18	-329

Nos termos da Norma Regulamentar n.º 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com pensões em pagamento da Tranquilidade encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia. Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano. O fundo de pensões da Companhia apresenta uma duração média de cerca de 17,4 anos.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Responsabilidades em 1 de Janeiro	511	217
Alteração ao plano	-	-
Transferência para outros fundos de pensões	-106	-
Custo dos juros	58	74
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-211	144
Curtaiment	-	76
Responsabilidades em 31 de Dezembro	252	511

No exercício de 2015, as Transferências para outros fundos de pensões dizem respeito à transferência das responsabilidades com benefícios pós-emprego de um ex-administrador da Companhia para outra empresa. A transferência da responsabilidade foi acompanhada da transferência de ativos do fundo de pensões pelo mesmo montante.

No exercício de 2014, o *Curtaiment* diz respeito ao aumento das responsabilidades reconhecidas pela Companhia resultante da possibilidade dos Administradores requererem o acesso à pré-reforma e ao pagamento da respetiva pensão a partir dos 55 anos de idade, desde que cumpridos 16 anos de serviço nessas funções.

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	182	70
Contribuições	179	-
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	8	3
Ganhos e perdas atuariais	7	9
Transferência de/ para outros fundos de pensões	-106	100
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	270	182

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro	370	235
(Ganhos) e perdas atuariais		
- nas responsabilidades	-211	144
- nos ativos do plano	-7	-9
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro	152	370

A evolução dos ativos a receber/ passivos a entregar durante 2015 e 2014, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	329	147
Contribuições	-179	-
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	-211	144
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-7	-9
Encargos do ano:		
- Custo dos juros líquidos do saldo da cobertura das responsabilidades	50	71
Transferências de outros fundos	-	-100
Curtaiment	-	76
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	-18	329

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Custo dos juros líquidos do saldo da cobertura das responsabilidades	50	71
Curtaiment	-	76
Alteração do plano	-	-
Custos do Exercício	50	147

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Ações e outros títulos de rendimento variável	4 535	4 876
Títulos de rendimento fixo	31 451	34 457
Imobiliário	10 841	8 276
Liquidez	1 976	2 968
Outros ativos	1 392	1 516
Total	50 195	52 094

Os valores de ativos acima divulgados representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida, do qual a associada T-Vida detém cerca de 0,54% (2014: 0,35%) do total do fundo.

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)				
	2015		2014	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	-15	17	-17	18

NOTA 24 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Conforme referido na Nota 3, a Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2015 e 2014 foi apurado com base nas taxas nominais de imposto e derrama de 21% e 29,50%, respetivamente, e que correspondem às taxas nominais aprovadas à data do balanço.

A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2008, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues até esse exercício. Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da T-Vida, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

A Companhia apresentou resultado fiscal negativo no exercício de 2015, conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2015	2 354	-	2 354	2 027

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2015 e 2014 explicam-se como segue:

(milhares de euros)

	2015		2014	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	3 848	-	-	3 386
Retenção de imposto na fonte	20	122	1	138
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	3
Outros impostos e taxas	-	93	-	54
Contribuições para a segurança social	36	1	33	5
Total	3 904	216	34	3 586

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço, pelo seu líquido, em 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Investimentos	192	-	-	191	192	191
Prejuízos fiscais	495	-	-	-	495	-
Outros ajustamentos	262	-	-	-	262	-
Total	949	-	-	191	949	191

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2015 e 2014 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2015	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	273	-304	-31
Estimativa de IRC	273	-273	-
Imposto autónomo	-	-31	-31
Imposto Diferido	1 925	-786	1 139
Investimentos	383	-	383
Prejuízos fiscais	1 542	-1 048	494
Outros ajustamentos	-	262	262
Total	2 198	-1 090	1 108

(milhares de euros)

2014	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-2 142	-2 470	-4 612
Estimativa de IRC	-2 142	-2 419	-4 561
Imposto autónomo	-	-51	-51
Imposto Diferido	-307	-	-307
Investimentos	-307	-	-307
Prejuízos fiscais	-	-	-
Total	-2 449	-2 470	-4 919

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Resultado antes de impostos	3 543	6 764
Taxa de imposto	21,0%	29,5%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	-744	-1 995
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-324	-430
Imposto autónomo	-31	-51
Benefícios fiscais	9	6
Imposto Corrente + Diferido	-1 090	-2 470
Taxa de Imposto Efetiva	30,8%	36,5%

NOTA 25 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da T-Vida ascende a 65 milhões de euros representado por 65 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado. A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 20 milhões de euros em 2006 e 45 milhões de euros em 2008.

Os resultados dos exercícios de 2014 e de 2013 foram aplicados em 2015 e 2014, respetivamente, conforme indicado:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Resultados transitados	65	66
Pagamento de dividendos	3 800	3 800
Reserva legal	429	430
	4 294	4 296

NOTA 26 - RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos e correntes

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia geral.

Reserva desvios atuariais

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, a T-Vida reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Reservas de Justo Valor de Ativos Financeiros e Instrumentos de Cobertura	-3 496	5 352
Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	643	-1 555
Outras Reservas	3 044	2 397
- Reserva legal	3 196	2 767
- Reserva desvios atuariais	-152	-370
- Reservas livres	-	-
Reservas	191	6 194

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Títulos de rendimento variável	364	242
Títulos de rendimento fixo	-3 860	8 601
Shadow accounting	-	-3 491
Reservas de Justo Valor	-3 496	5 352

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Reserva de derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	323 876	348 087
	323 876	348 087
Imparidade	-	-538
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	323 876	347 549
Justo valor de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	320 380	356 392
	320 380	356 392
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	-3 496	8 843
Shadow accounting	-	-3 491
Impostos diferidos e correntes	643	-1 555
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	-2 853	3 797

O movimento da reserva de justo valor líquida, nos exercícios de 2015 e 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo a 1 de Janeiro	3 797	-3 921
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	-12 339	14 076
Imparidade reconhecida no ano	-	-418
Variação de <i>shadow accounting</i>	3 491	-3 491
Variação impostos diferidos e correntes reconhecida no ano	2 198	-2 449
Saldo a 31 de Dezembro	-2 853	3 797

NOTA 27 - RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	2 453	4 294
Número de ações (final do exercício)	65 000 000	65 000 000
Resultados por Ação (em euros)	0,04	0,07

NOTA 28 - DIVIDENDOS POR AÇÃO

A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., ao qual, durante o exercício de 2015 e 2014, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respetivos dividendos por ação:

	2015	2014
Dividendos (em milhares de euros)	3 800	3 800
Número de ações (início do exercício)	65 000 000	65 000 000
Dividendos por Ação (em euros)	0,06	0,06

NOTA 29 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em 15 de janeiro de 2015, o Grupo Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. adquiriu a totalidade do capital acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., acionista único da T-Vida, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015, são consideradas entidades relacionadas da T-Vida todas as entidades que integram o Grupo Apollo, em particular a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. e todas as suas participadas. Até essa data, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. e as suas participadas pertenciam à ESFG - Espírito Santo Financial Group, pelo que em 31 de dezembro de 2014 eram consideradas entidades relacionadas todas as entidades do Grupo ESFG.

Os relacionamentos entre a T-Vida e o seu acionista Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as relativas a arrendamento, comercialização de seguros, resseguro e prestação de serviços administrativos e técnicos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o montante global dos ativos e passivos da T-Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2015				2014			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
E.S. CONTACT CENTER	-	17	45	-	-	8	182	-
ESUMÉDICA	4	-	-	-	-	-	-	-
LOGO	-	6	-	-	4	-	-	-
TRQ ANGOLA	231	-	80	295	-	43	-	-
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	-	-	-	-	-	21	-	-
TRQ MOÇAMBIQUE NÃO VIDA	93	-	-	257	-	-	-	-
ADVANCECARE	-	9	225	-	-	15	189	-
TRANQUILIDADE	205	229	-	1 179	197	638	-	1 113
GNB SEGUROS	-	9	-	-	-	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	-	127	-	-	-	-	-	-
CALM EAGLE HOLDINGS	20 230	-	-	-	-	-	-	-
BAC (*)	-	-	-	-	96	-	-	-
NOVO BANCO (*)	-	-	-	-	17 425	1 226	1 354	911
GNB VIDA (*)	-	-	-	-	171 002	10	136	635
BESI (*)	-	-	-	-	185	-	-	-
BEST (*)	-	-	-	-	156	12	-	-
ESAF (*)	-	-	-	-	-	185	181	-
ESFG (*)	-	-	-	-	15	-	17	-
ES- SERVIÇOS, 2, ACE (*)	-	-	-	-	-	4	42	-
MULTIPESSOAL (*)	-	-	-	-	-	-	5	-
TOP ATLANTICO (*)	-	-	-	-	-	1	163	-
	20 763	397	350	1 731	189 079	2 163	2 268	2 659

(*) Entidades que deixaram de ser consideradas partes relacionadas em 2015.

NOTA 30 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 - COMPROMISSOS

A companhia detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte. A maturidade das prestações vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação operacional	11	20	47

NOTA 37 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

1 - Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício de 2015

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia (UE) tiveram aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma/ Interpretação	Aplicável na UE nos Exercícios Iniciados Em ou Após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-Jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-16	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

A adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não produziu efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015.

2 - Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela UE:

Norma/ Interpretação	Aplicável na UE nos Exercícios Iniciados Em ou Após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	1-Fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de vesting condition; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-Jan-16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-Jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospectiva para novas aquisições de interesses.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “Disclosure Initiative”	1-Jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e • outra informação na quarta secção.
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	1-Jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.

O Conselho de Administração não antecipa que a adoção destas normas venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 - Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela UE:

Norma/ Interpretação	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 14 – Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados;
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que a aplicação das normas IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras, os quais estão ainda em avaliação pela Companhia.

O Conselho de Administração não antecipa que a adoção pela primeira vez das restantes normas acima referidas venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DBX S&P 500 EUR UCITS ETF	69 744			31,80	2 217 697,46	32,13	2 240 874,72
FIDELITY TARGET 2015 ACÇÕES	43 319			10,55	456 904,19	13,40	580 479,29
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	55 501			10,94	607 422,86	13,74	762 588,00
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	64 871			9,84	638 395,32	13,70	888 729,00
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	26 165			10,14	265 405,56	14,18	371 026,51
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	8 615			20,81	179 297,01	30,11	259 411,20
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	11 616			20,10	233 446,03	30,10	349 638,89
FIDELITY TARGET 2045 ACÇÕES	39			12,85	499,99	12,62	491,04
FIDELITY TARGET 2050 ACÇÕES	39			12,86	500,00	12,63	491,05
INCOMETRIC FUND	435 724			5,74	2 500 012,50	5,86	2 553 340,54
Subtotal	715 634	0,00			7 099 580,92		8 007 070,24
2.2.1.4 - Outros							
Subtotal	0	0,00			0,00		0,00
Subtotal	904 009	0,00			12 902 546,58		13 893 656,47
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BTPTS 1.15% 05/17		5 750 000,00	101,60%	101,3%	5 822 450,00	101,7%	5 850 265,63
BTPTS 1.65% 03/32		1 500 000,00	95,14%	99,5%	1 492 515,00	95,7%	1 435 282,38
BTPTS 3.25% 09/01/46		2 400 000,00	111,98%	112,5%	2 699 040,00	113,1%	2 713 306,88
BUNDES OBLG 0.5% 04/12/19		1 500 000,00	102,48%	101,8%	1 526 250,00	102,8%	1 542 589,34
BUONI 0% 03/31/16		2 000 000,00	100,02%	100,0%	2 000 869,27	100,0%	2 000 420,00
CERT DI CREDITO DEL TESORO 0% 08/16		1 000 000,00	100,02%	99,9%	998 930,00	100,0%	1 000 150,00
IRISH GOVT 0.8% 03/22		2 000 000,00	102,13%	99,5%	1 990 740,00	102,8%	2 055 321,31
IRISH GOVT 5.92% 05/42		3 000 000,00	158,00%	153,4%	4 601 683,10	161,6%	4 849 180,32
PT OT 4.1% 02/15/45		1 600 000,00	106,97%	106,9%	1 710 400,00	110,8%	1 773 525,47
REPUBLIC OF ICELAND 2.5% 07/20		1 300 000,00	104,14%	99,7%	1 295 996,00	105,3%	1 368 839,83
REPUBLIKA OF SLOVENIJA 1.50% 03/35		9 250 000,00	86,78%	86,6%	8 011 665,00	87,9%	8 133 861,64
SPANISH GOVT 1.95% 07/30		2 400 000,00	95,63%	99,6%	2 390 304,00	96,4%	2 314 691,81
SPANISH GOVT 2.1% 04/30/17		2 000 000,00	102,76%	103,9%	2 078 600,00	104,2%	2 083 214,75
SPGB 4.2% 01/31/37		3 600 000,00	123,16%	124,9%	4 497 840,00	127,0%	4 571 938,36
SPGB 4.9% 07/30/40		3 100 000,00	135,60%	138,3%	4 287 300,00	137,7%	4 267 359,21
SPGB 5.15% 10/31/44		2 700 000,00	141,96%	144,5%	3 901 500,00	142,8%	3 855 959,99
SPGB 5.9% 07/30/26		550 000,00	138,55%	139,1%	765 215,00	141,0%	775 678,82
SPGB 6% 01/31/29		6 400 000,00	143,38%	144,5%	9 246 080,00	148,9%	9 527 706,30
SWEDEN KINGDOM 0.875% 01/18		7 000 000,00	102,19%	102,3%	7 160 500,00	103,0%	7 209 557,95
SWEDEN KINGDOM 0.875% 01/23/18		5 000 000,00	91,39%	89,1%	4 453 607,79	91,7%	4 587 258,21
UNITED MEXICAN STATES 1.625% 03/06/24		1 000 000,00	95,67%	99,5%	994 860,00	97,0%	970 019,67
Subtotal	0	65 050 000,00			71 926 345,16		72 886 127,87
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
COMMUNITY OF MADRID 1.826% 25		2 700 000,00	98,72%	100,0%	2 699 919,00	100,2%	2 706 686,41
COMMUNITY OF MADRID 2.08% 03/30		1 500 000,00	93,37%	100,0%	1 500 000,00	95,0%	1 425 642,30
COMUNIDAD ARAGON 8.25% 01/27		2 000 000,00	155,79%	156,8%	3 135 000,00	163,7%	3 273 075,07
Subtotal	0	62 000 000,00			7 334 919,00		7 405 403,78
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABBEEY NATL TREASURY 1.125% 01/22		1 000 000,00	98,78%	99,9%	998 730,00	99,9%	998 578,49
ABBEEY NATL TREASURY 1.125% 03/25		1 000 000,00	94,13%	99,1%	991 290,00	95,0%	950 378,36
ADIDAS AG 1.25% 10/21		750 000,00	100,45%	99,1%	743 587,50	100,7%	755 504,14
AIR FRANCE - KLM 3.875% 06/21		1 000 000,00	99,43%	99,3%	992 500,00	101,5%	1 015 001,36
AIR PRODUCTS & CHEMICALS 1% 02/12/25-14		750 000,00	95,36%	99,4%	745 755,00	96,2%	721 801,44
AMERICA MOVIL 1% 06/04/18		2 000 000,00	100,76%	99,7%	1 993 540,00	101,3%	2 026 575,40
APPLE INC 1% 11/10/22		1 000 000,00	100,40%	99,6%	996 000,00	100,5%	1 005 373,44
APT PIPELINES LTD 2% 03/22/27		2 300 000,00	89,24%	99,6%	2 290 524,00	90,8%	2 088 442,35
ARCELORMITTAL 3.125% 01/22		3 000 000,00	76,54%	99,7%	2 992 220,00	79,5%	2 386 384,11
AT&T FLOAT 06/30/20		500 000,00	92,55%	92,8%	464 166,36	92,6%	462 780,20
AT&T INC 1.3% 09/05/23		500 000,00	96,50%	99,6%	498 095,00	96,9%	484 557,87
AUSTRALIA PACIFIC AIRPORTS 1.75% 10/24		500 000,00	98,68%	99,0%	494 935,00	99,0%	495 235,85
AUTOROUTES PARIS 1.875% 01/25		500 000,00	101,69%	99,5%	497 495,00	103,5%	517 414,73
BANCA MONTE DEI PASCHI 3.625% 04/01/19		5 000 000,00	100,27%	100,9%	5 043 500,00	103,0%	5 149 139,89
BANCO POPOLARE 2.625% 09/21/18		5 200 000,00	100,84%	101,1%	5 259 280,00	101,6%	5 281 556,03
BANCO POPULAR 2.125% 10/19		1 000 000,00	105,56%	99,5%	995 190,00	106,1%	1 060 517,05
BANCO SABADELL 2.5% 12/16		700 000,00	101,81%	99,8%	698 425,00	102,0%	713 899,17
BANK OF IRELAND 10% 07/30/16		4 900 000,00	104,00%	104,3%	5 108 250,00	108,2%	5 303 415,66
BARCLAYS BANK 6% 01/14/21		2 100 000,00	119,80%	120,3%	2 525 250,00	125,6%	2 636 904,12

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
BBVA SENIOR FINANCE 2.375% 01/19		500 000,00	105,56%	99,7%	498 745,00	107,8%	538 979,25
BERKSHIRE HATHAWAY 1.125% 03/16/27		2 500 000,00	90,05%	98,7%	2 468 125,00	90,9%	2 273 559,83
BHARTI AIRTEL INTERNAT 3,375% 05/2021		750 000,00	104,28%	99,2%	744 360,00	106,4%	797 726,10
BK TOKYO - MITSUBISHI UFJ 0.875% 03/22		1 000 000,00	97,79%	99,5%	995 480,00	98,5%	984 912,60
BLACKROCK 1.25% 05/06/25		1 100 000,00	95,50%	99,7%	1 096 304,00	96,3%	1 059 467,83
BMW FINANCE 1% 01/21/25		1 000 000,00	95,26%	99,2%	992 080,00	96,2%	961 974,66
BNP PARIBAS 1.375% 11/21/18 FVO		50 000,00	102,92%	102,9%	51 425,00	103,1%	51 533,64
BP CAPITAL 1.526% 09/22		1 500 000,00	100,80%	100,0%	1 500 000,00	101,2%	1 518 033,93
BPE FINANCIACIONES 2.5% 02/17		6 600 000,00	101,67%	101,4%	6 689 685,00	104,0%	6 861 018,25
BPE FINANCIACIONES SA 2% 02/30/20		900 000,00	99,39%	99,5%	895 311,00	101,3%	911 550,70
BRITISH TELECOM 1.125% 06/19		1 000 000,00	102,09%	99,5%	995 080,00	102,7%	1 027 160,49
CALM EAGLE HOLDINGS FLOAT 31/03/16		20 229 615,37	100,00%	100,0%	20 229 615,37	100,0%	20 229 615,37
CAP GEMINI FLOAT 07/18		500 000,00	100,67%	101,0%	504 850,00	100,9%	504 393,75
CARREFOUR 1.25% 06/25		500 000,00	96,83%	99,5%	497 340,00	98,0%	489 797,32
CARREFOUR 1.75% 07/22		500 000,00	103,39%	99,3%	496 460,00	104,2%	520 985,30
CARREFOUR BANQUE FLOAT 04/16		500 000,00	100,19%	100,4%	502 060,00	100,4%	501 766,47
CASINO GUICHARD PERRACHO 2.33% 25-24		3 000 000,00	87,11%	100,0%	3 000 000,00	89,2%	2 675 832,74
CITIGROUP 1.75% 01/28/25		400 000,00	98,36%	99,3%	397 352,00	100,0%	399 887,01
CLOVERIE PLC SWISS REINS 6.625% 09/01/42		3 400 000,00	124,94%	126,1%	4 285 700,00	127,1%	4 322 359,90
CNH INDUSTRIAL 2.75% 03/18/19		3 000 000,00	99,40%	99,5%	2 984 130,00	101,6%	3 046 768,04
CNH INDUSTRIAL FIN 2.875% 09/27/21		500 000,00	98,69%	99,2%	496 100,00	99,4%	497 181,22
COCA-COLA 1.125% 03/09/27		1 000 000,00	93,29%	99,0%	990 230,00	94,2%	942 029,10
DAIMLER AG 1.875% 07/24		2 000 000,00	104,59%	107,7%	2 154 000,00	105,5%	2 109 872,78
DAIMLER FINANCE FLOAT 05/18		1 500 000,00	90,66%	89,8%	1 346 257,41	90,7%	1 361 152,19
DANSKE BANK 1.25% 06/21		3 000 000,00	104,01%	104,3%	3 127 500,00	104,7%	3 141 219,18
DELPHI AUTOMOTIVE 1.5% 03/25		700 000,00	92,31%	99,5%	696 780,00	93,5%	654 626,80
DEUTSCHE ANN FIN 2.125% 07/22		500 000,00	100,70%	99,4%	497 060,00	101,7%	508 575,26
EADS FINANCE 2.375% 04/24		1 000 000,00	107,84%	111,5%	1 115 400,00	109,6%	1 096 125,16
EASTER CREATION II INV 1% 03/19/18		1 700 000,00	98,79%	99,8%	1 696 056,00	99,6%	1 692 811,60
EDENRED 1.375% 03/25		1 000 000,00	87,18%	98,9%	989 390,00	88,3%	882 890,22
ELECTRICITE DE FRANCE 5.625% 02/21/33		2 000 000,00	139,22%	140,0%	2 800 000,00	144,0%	2 880 852,60
ENAGAS FIN 1% 03/25/23		2 000 000,00	97,00%	99,7%	1 993 440,00	97,8%	1 955 315,20
ENAGAS FINANCIACIONES 1.25% 02/25		700 000,00	96,50%	99,1%	693 560,00	97,6%	683 377,01
ENBW 6.125% 07/39		1 000 000,00	145,65%	148,1%	1 481 000,00	148,6%	1 486 080,90
ERSTE GROUP BANK 7.125% 10/10/22		3 200 000,00	118,41%	119,0%	3 808 000,00	120,0%	3 840 297,96
EVONIK INDUSTRIES 1% 01/23/23		500 000,00	98,16%	99,3%	496 685,00	99,1%	495 499,93
FCE BANK PLC 1.134% 02/10/22		500 000,00	96,56%	100,0%	500 000,00	97,6%	487 823,10
FERROVIAL SA 2.5% 07/24		1 000 000,00	102,65%	108,2%	1 081 700,00	103,8%	1 038 083,72
FLOWERVE CORPORAÇÃO 1.25% 03/17/22		2 000 000,00	93,69%	99,3%	1 986 720,00	94,7%	1 893 540,44
GAS NATURAL FENOSA 2.875% 03/24		1 500 000,00	108,46%	99,7%	1 496 010,00	110,8%	1 661 614,22
GDF SUEZ 1% 03/13/26		2 400 000,00	94,02%	99,2%	2 381 664,00	94,8%	2 275 789,11
GENERAL ELECTRIC FLOAT 05/28/20		1 500 000,00	99,17%	100,0%	1 500 000,00	99,2%	1 487 887,13
GENERAL MOTORS FINANCIAL 1.875% 10/15/19		500 000,00	101,63%	99,9%	499 410,00	102,0%	510 137,34
GENERALI FINANCE 5.479% 12/29/49		5 000 000,00	102,90%	103,6%	5 181 250,00	107,8%	5 389 578,63
GOLDMAN SACHS 2.125% 09/30/24		500 000,00	101,31%	99,8%	499 020,00	101,8%	509 205,77
GOLDMAN SACHS FLOAT 20		100 000,00	99,46%	100,0%	100 000,00	99,5%	99 523,29
GOLDMAN SACHS GROUP 1.375% 07/26/22		1 050 000,00	99,46%	99,2%	1 041 967,50	100,1%	1 050 583,58
GROUPAMA SA 7.875% 10/27/39		4 400 000,00	106,81%	107,9%	4 745 410,00	108,2%	4 761 088,89
HUTCHISON 1.375% 10/21		500 000,00	100,08%	99,7%	498 740,00	100,3%	501 555,83
IBERDROLA 2.5% 10/22		1 800 000,00	107,48%	99,7%	1 794 960,00	107,9%	1 942 964,66
IBM CORP 1.25% 05/26/23		2 000 000,00	99,92%	99,8%	1 995 560,00	100,7%	2 013 339,02
INFRA FOCH SAS 1.25% 10/20		600 000,00	100,73%	99,8%	598 758,00	101,0%	605 919,38
INTESA SANPAOLO 1.125% 01/20		1 000 000,00	100,32%	99,4%	994 460,00	101,4%	1 013 998,49
INTESA SANPAOLO 1.125% 03/22		500 000,00	97,30%	99,6%	498 195,00	98,2%	491 131,39
INTESA SANPAOLO 2.25% 11/22/17		4 200 000,00	102,63%	103,5%	4 344 900,00	102,6%	4 310 508,20
ISLANDSBANKI 2.875% 07/27/18		1 000 000,00	99,51%	100,2%	1 002 130,00	100,7%	1 007 382,65
JP MORGAN CHASE 1.5% 01/27/25		1 000 000,00	98,27%	99,9%	999 450,00	99,7%	996 550,41
KELLOGG CO 1.25% 03/10/25		1 500 000,00	95,30%	100,0%	1 499 295,00	96,3%	1 444 760,16
KINDER MORGAN INC 2.25% 03/16/27		2 000 000,00	71,83%	99,8%	1 996 680,00	73,6%	1 472 315,74
LLOYDS BANK 1.25% 01/25		100 000,00	97,72%	99,5%	99 478,00	98,9%	98 927,48
LLOYDS BANK PLC 0.625%		1 100 000,00	99,59%	99,9%	1 099 351,00	100,0%	1 100 224,96
LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020		2 500 000,00	100,13%	102,7%	2 567 696,46	100,3%	2 507 290,14
MACQUARIE BANK 1% 09/16/19		200 000,00	100,40%	100,0%	200 000,00	100,7%	201 379,23
MAPFRE SA 5.921% 07/24/37		4 600 000,00	104,04%	104,9%	4 824 250,00	106,6%	4 904 999,11
METRO AG 1.375% 10/21		2 500 000,00	100,04%	99,2%	2 481 175,00	100,3%	2 507 035,93
METRO AG 1.5% 03/25		500 000,00	94,45%	99,8%	499 170,00	95,6%	478 151,15

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
MICROSOFT CORP 1.85% 02/20		2 000 000,00	91,87%	88,3%	1 765 360,16	92,5%	1 850 585,64
MOODY'S CORP 1.75% 03/27-26		500 000,00	95,78%	100,0%	499 945,00	97,2%	486 000,41
MORGAN STANLEY 1.75% 01/30/25		1 500 000,00	98,17%	99,8%	1 497 135,00	99,8%	1 496 642,46
MUNICH RE 6.25% 05/26/42		400 000,00	121,48%	122,0%	488 000,00	125,2%	500 863,02
NATIONAL AUSTRALIA BANK 0.875% 01/20/22		500 000,00	98,61%	99,6%	498 165,91	99,4%	497 160,27
NATIONAL BANK OF CANADA FLOAT 09/17		500 000,00	99,98%	100,1%	500 250,00	100,0%	499 958,33
NATIONAL GRID NA INC 0.75% 02/22		4 000 000,00	96,93%	99,3%	3 972 920,00	97,6%	3 903 787,96
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.25% 03/25		1 000 000,00	96,50%	99,9%	999 160,00	97,5%	975 308,36
NESTLE FIN INTL 0.75% 11/21		1 000 000,00	101,00%	99,7%	996 750,00	101,1%	1 011 036,07
NN GROUP NV 4.5% 07/15/49		3 000 000,00	98,17%	97,8%	2 932 500,00	100,2%	3 007 346,07
NOVARTIS 0.75% 11/21		1 000 000,00	100,76%	99,1%	991 340,00	100,9%	1 008 615,57
PETROBRAS FINANCE 2.75% 01/2018		500 000,00	81,50%	93,1%	465 700,00	84,1%	420 664,93
PETROLEOS MEXICANOS 5.5% 01/17		1 000 000,00	102,76%	108,5%	1 085 000,00	108,1%	1 081 273,84
PGE SWEDEN 1.625%		2 100 000,00	99,91%	99,5%	2 088 534,00	100,8%	2 117 202,73
POHJOLA BANK PLC 0.75% 03/22		500 000,00	97,67%	99,7%	498 270,00	98,3%	491 444,51
PPG INDUSTRIES 1.4% 03/13/27		1 000 000,00	91,76%	98,6%	986 280,00	92,9%	928 827,65
PROLOGIS LP 1.375% 10/07/20		1 000 000,00	99,23%	99,8%	998 340,00	99,5%	995 453,31
RABOBANK 6.875% 03/19/20		4 300 000,00	118,67%	120,0%	5 159 570,00	124,1%	5 334 496,23
RCI BANQUE 0.625% 03/20		2 000 000,00	97,81%	99,8%	1 996 660,00	98,3%	1 966 474,20
REDEXIS GAS FINANCE 2.75% 04/21		3 000 000,00	105,54%	99,4%	2 981 190,00	107,5%	3 226 324,43
RTE RESEAU DE TRANSPORT 1.625% 10/08/24		700 000,00	100,70%	99,0%	692 860,00	101,1%	707 496,66
SANTANDER CONSUMER BANK 0.625% 04/18		500 000,00	99,94%	99,9%	499 470,00	100,4%	501 843,72
SANTANDER CONSUMER FINANCE 0.9% 02/20		1 000 000,00	98,68%	99,8%	998 060,00	99,5%	994 611,78
SAP SE 1% 04/01/25		2 500 000,00	97,12%	99,3%	2 481 600,00	97,9%	2 446 590,85
SINOPEC GRP OVERSEA 2015 0.5% 04/18		1 000 000,00	99,40%	99,7%	997 160,00	99,7%	997 344,32
SNAM SPA 1.5% 04/19		690 000,00	103,14%	99,4%	685 528,80	104,2%	718 736,35
SOCIETE DES AUTOROUTES FLOAT 01/16		500 000,00	100,03%	100,2%	501 230,00	100,2%	501 019,64
SOCIETE GENERALE 9.375% 09/29/49		2 000 000,00	122,38%	123,3%	2 465 000,00	125,4%	2 508 110,82
SODEXO 1.75% 01/24/2022		700 000,00	103,34%	99,9%	699 629,00	105,0%	734 810,52
STATE GRID EUROPE DEV 1.5% 01/22		1 500 000,00	97,35%	99,7%	1 496 040,00	98,7%	1 481 102,26
SUMITOMO MITSUI BANKING 1% 01/19/22		1 500 000,00	98,98%	99,5%	1 492 455,00	99,9%	1 498 949,18
SVENSKA CELLULOSA 1.125% 03/25		1 000 000,00	93,75%	99,8%	997 650,00	94,7%	946 722,05
SYDNEY AIRPORT 2.75% 04/24		1 000 000,00	103,70%	99,8%	998 450,00	105,6%	1 055 904,43
TDC 1.75% 02/27		500 000,00	86,63%	99,0%	495 195,00	88,1%	440 514,59
TELECOM ITALIA 3.25% 01/23		1 000 000,00	101,40%	99,4%	994 460,00	104,5%	1 045 105,34
TELEFONICA 4.375% 02/16 FVO		50 000,00	100,30%	102,7%	51 325,00	104,3%	52 141,73
TELEFONICA EMSIONES 2,242% 05/2022		2 000 000,00	102,85%	100,0%	2 000 000,00	104,2%	2 083 787,98
TEOLLISUUDEN 2.125% 02/04/25		1 500 000,00	87,33%	99,3%	1 489 605,00	89,3%	1 338 753,49
TESCO CORP 1.375% 07/19		1 700 000,00	96,10%	99,7%	1 694 628,00	96,8%	1 645 302,50
TEVA PHARM FNC NL II 1.25% 23-22		2 000 000,00	94,39%	99,1%	1 981 180,00	95,3%	1 906 664,15
THALES 2.75% 10/16 FVO		50 000,00	102,01%	103,4%	51 710,00	102,6%	51 280,25
THAMES WATER UTIL 3.25% 11/16 FVO		50 000,00	102,55%	104,3%	52 125,00	103,0%	51 507,37
TORONTO-DOMINION BANK 0.75% 10/29/21		400 000,00	100,74%	99,8%	399 024,00	100,9%	403 464,39
TYCO INT FINANCE 1.375% 02/25/25		500 000,00	93,86%	99,8%	499 165,00	95,0%	475 130,21
UNIBAIL-RODAMCO 1% 03/14/25		1 000 000,00	94,00%	99,7%	996 720,00	94,7%	947 133,83
UNIBAIL-RODAMCO 1.375% 10/22		700 000,00	100,70%	99,8%	698 474,00	101,0%	706 872,34
UNIONE DI BANCHE ITALIAN 1.25% 02/25		400 000,00	98,47%	99,0%	396 088,00	99,6%	398 347,45
UNIONE DI BANCHE ITALIAN 2.875% 02/18/19		5 100 000,00	104,94%	105,3%	5 370 300,00	107,4%	5 478 677,10
UNIPOL GRUPPO FIN 4.375% 03/05/21		5 700 000,00	106,07%	107,7%	6 138 900,00	109,7%	6 251 248,09
UT2 FUNDING PLC 5.321% 06/30/16		5 200 000,00	101,16%	101,6%	5 283 200,00	103,8%	5 399 525,99
VERBUND AG 1.5% 11/24		1 500 000,00	98,31%	98,4%	1 476 555,00	98,5%	1 477 230,49
VODAFONE GROUP 1% 09/11/20		500 000,00	100,47%	99,3%	496 740,00	100,8%	503 876,39
VOESTALPINE AG 2.25% 10/21		500 000,00	102,68%	99,9%	499 585,00	103,2%	515 807,54
VOLKSWAGEN INTL FIN 1.625% 01/16/30		500 000,00	85,62%	99,2%	496 200,00	87,2%	435 873,84
WESFARMERS 1.25% 10/21		1 500 000,00	99,90%	99,8%	1 496 910,00	100,2%	1 502 809,51
WHIRLPOOL CORP 0.625% 03/12/20		500 000,00	97,97%	99,6%	497 870,00	98,5%	492 335,25
	Subtotal	0	231 219 615,37		237 503 855,47		237 218 077,49
	Subtotal	0	302 469 615,37		316 765 119,63		317 509 609,14
	Total	904 009	302 469 615,37		329 667 666,21		331 403 265,61
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Cambiais EUR							-77 592,66
	Total	0	0,00		0,00		-77 592,66
	Total	917 592	324 706 543,01		355 298 409,27		357 494 896,11
3 - TOTAL GERAL		917 592	324 706 543,01		355 298 409,27		357 494 896,11

08

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



VIDA

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral, incluindo quadro com remunerações pagas durante o ano de 2015;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, da ASF.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE FISCALIZAÇÃO E DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

1. Introdução

De acordo com o definido na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, as entidades de interesse público, como é o caso das empresas de seguros e de resseguros, nas quais a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (“T-Vida”) se insere, devem, anualmente, submeter à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

No que diz respeito à atividade seguradora, esta matéria é ainda regulada pelas disposições regulamentares constantes da Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e da Circular n.º 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.

É pois, com base neste enquadramento legal e regulamentar, que se procede à elaboração da presente política de remunerações dos membros dos órgãos sociais da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. para o ano de 2016, na qual claramente se encontram consagrados os princípios considerados fundamentais a este nível, como sejam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da sociedade;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com a proteção dos interesses do acionista, clientes e colaboradores da sociedade;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

A política de remuneração dos órgãos sociais da T-Vida é, nos termos previstos no Artigo 20º do Contrato de Sociedade, aprovada em sede de Assembleia Geral.

Na definição da referida política de remuneração não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

As remunerações de cada membro do Conselho de Administração serão definidas diretamente pelo acionista em sede de Assembleia Geral.

Em 2016, os Membros do Conselho de Administração não serão remunerados pelo exercício das suas funções.

Sem prejuízo do acima exposto, o acionista, tendo sempre presente os resultados da avaliação de desempenho individual e global dos membros do Conselho Administração, o grau de cumprimento dos principais objetivos anuais da Sociedade, designadamente, do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior, da Rentabilidade dos Capitais Próprios e do Rácio Combinado, bem como a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas, poderá aprovar em sede de Assembleia Geral, em relação ao Administradores com funções executivas, a atribuição de uma remuneração variável.

A remuneração variável, quando existente, é referente ao desempenho de curto prazo e depende de decisão a tomar pela acionista única em Assembleia Geral de acordo com a avaliação e com base nos critérios acima referidos.

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário, em mês posterior à aprovação das contas do exercício do ano a que diz respeito.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral definir, que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos que vierem oportunamente a ser definidos.

Para além das situações acima descritas, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, não sendo igualmente atribuídos aos mesmos quaisquer benefícios pecuniários ou não pecuniários de relevo.

4. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente.

Em 2016, os respetivos membros não serão remunerados pelo exercício das suas funções.

5. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de contas será remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal.

6. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 14º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário.

Em 2016, os respetivos membros não serão remunerados pelo exercício das suas funções.

Quadro de Remunerações Pagas aos Membros dos Órgãos Sociais da T-Vida Durante o Ano de 2015

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável ⁽²⁾	
Conselho de Administração			27,4
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Presidente)	2,8	0,0	2,8
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes (Vogal)	0,0	0,0	0,0
Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur (Vogal)	0,0	0,0	0,0
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)	0,0	0,0	0,0
João Carlos Soares Candeias Barata (Vogal)	0,0	0,0	0,0
Pedro Luís Francisco de Carvalho (Vogal)	0,0	0,0	0,0
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha ⁽¹⁾	10,9	0,0	10,9
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso ⁽¹⁾	2,8	0,0	2,8
António Miguel Natário Rio-Tinto ⁽¹⁾	0,0	0,0	0,0
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno ⁽¹⁾	10,9	0,0	10,9
Conselho Fiscal			90,0
Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)	0,0	0,0	0,0
Manuel Maria de Paula Reis Boto (Vogal Efetivo)	0,0	0,0	0,0
Pedro Manuel Aleixo Dias (Vogal Efetivo)	0,0	0,0	0,0
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal Suplente)	0,0	0,0	0,0
José Manuel Macedo Pereira ⁽¹⁾	54,0	0,0	54,0
João Faria Rodrigues ⁽¹⁾	18,0	0,0	18,0
Maria Madalena Mantas Moura ⁽¹⁾	18,0	0,0	18,0
Total Remunerações	117,4	0,0	117,4

(1) Os membros dos Órgãos Sociais acima indicados deixaram entretanto de exercer os respetivos cargos.

(2) Remuneração Variável relativa ao exercício de 2014.

O custo do exercício com pensões de reforma dos membros dos órgãos sociais foi em 2015 de 50 milhares de euros.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS "COLABORADORES COM FUNÇÕES-CHAVE"

1. Âmbito de Aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º 5/2010, de 1 de abril, da ASF, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno, mas também;

b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF;

c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da T-Vida, os colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da T-Vida incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Presidente)
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes (Vogal)
Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur (Vogal)
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)
João Carlos Soares Candeias Barata (Vogal)
Pedro Luís Francisco de Carvalho (Vogal)

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da T-Vida não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração

a) Composição da Remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, dos quais se salientam:

- A situação económica e os resultados obtidos pela Companhia;
- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais praticadas no setor segurador;
- A avaliação de desempenho, tanto a nível individual como a nível coletiva.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por outras prestações regulares e periódicas, atribuíveis a todos os colaboradores da Companhia.

b) Limites e Equilíbrios da Remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará em média, na Companhia, entre 80% e 85% da Remuneração Total Anual.

A parte variável, caso haja lugar à atribuição da mesma, não deverá exceder, em média, 20% da remuneração total anual para a totalidade dos Colaboradores da Companhia, sendo que o valor máximo individual não deverá exceder os 40% do valor total da remuneração anual.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

c) Critérios de Definição da Componente Variável e Momento do Seu Pagamento

Em caso de atribuição, o montante da Remuneração Variável Anual (RVA) terá os limites definidos pelo Conselho de Administração.

A RVA é referente ao desempenho de Curto Prazo, sendo o seu valor exato, em cada ano, definido em função dos critérios definidos na alínea a).

No que a avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração diz respeito, a mesma tem por base o modelo de Avaliação de Desempenho em vigor no Grupo Tranquilidade nas suas diversas vertentes, nomeadamente:

- Avaliação de Objetivos;
- Avaliação das Competências Corporativas;
- Avaliação das Competências Funcionais.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário.

Sem prejuízo do acima disposto, o Conselho de Administração, em linha com as orientações estipuladas pelo acionista nesta matéria, poderá definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da T-Vida ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos moldes que o mesmo definir.

4. Outros Benefícios Atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem ainda os seguintes benefícios, conforme definido no IRCT aplicável ao setor segurador ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- a) Seguro de Saúde;
- b) Seguro de Vida;
- c) Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

5. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração

Salvo decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da T-Vida, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (N.º 1 DO ARTIGO 4º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais		
I.1 Adoção de uma Política de Remuneração (PR) consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos clientes.	Cumpre	
I.2 Adequação da PR à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumpre	
I.3 Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumpre	
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)		
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;	Cumpre	
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores;	Cumpre	
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;	Cumpre	
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;	Cumpre	
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação;	Cumpre	
III. Comissão de Remuneração (CR)		
III.1 A CR, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	Não Aplicável	
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;	Não Aplicável	
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;	Não Aplicável	
III.4 A CR deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;	Não Aplicável	
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.	Não Aplicável	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas		
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade;	Cumpre	<p>Caso haja lugar à sua atribuição, são tidos em consideração critérios de avaliação que assentam nos seguintes indicadores de gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado, <p>sendo também sempre tida em análise a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.</p>

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)		
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo;	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição;	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa;	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada;	Cumpre	
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações;	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos;	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos		
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumpre	
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição		
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Cumpre	Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável		
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável		
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	Cumpre	
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumpre Parcialmente	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumpre	
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável		
V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não Cumpre	Foi considerado até à data que o baixo peso desta componente na Remuneração Total Anual não justifica o seu diferimento. Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável (continuação)		
V.7	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave		
V.8	Cumpre	
V.9	Cumpre Parcialmente	Sendo a remuneração consentânea com a função, a mesma não é porém totalmente alheia ao desempenho da mesma
VI. Avaliação da Política de Remuneração		
VI.1	Cumpre	
VI.2	Cumpre	
VI.3	Cumpre	
VII. Grupos Financeiros		
VII.1	Não Aplicável	Não aplicável no caso específico da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Estas recomendações são avaliadas relativamente ao acionista Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..
VII.2		
VII.3		
VII.4		

09

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



VIDA

09

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Deloitte.Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
PortugalTel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em milhares de euros - meuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 546.911 meuros e capitais próprios de 67.879 meuros, incluindo um resultado líquido de 2.453 meuros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Página 2 de 2

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (Nota 3).

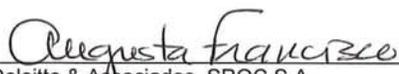
Ênfase

5. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são apresentadas de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas, datada de 27 de abril de 2015, não continha reservas e incluía duas ênfases. Uma das ênfases era relativa ao resgate efetuado em março de 2015 de uma operação de capitalização celebrada entre a Companhia e o Novo Banco, S.A. por reembolso em espécie dos ativos que a constituíam, a qual não teve impacto nos resultados e capitais próprios da Companhia por ser relativa a um produto em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro. A outra ênfase referia-se ao facto de as demonstrações financeiras do exercício de 2013 terem sido auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de abril de 2016


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas da T-Vida, Companhia de Seguros SA

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **T-Vida, Companhia de Seguros SA**, (“**T-Vida**”) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2015, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade da **T-Vida**, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, conforme as atas exaradas ao livro respetivo, bem como a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

Tendo presente as nossas obrigações legais e estatutárias, tivemos reuniões periódicas quer com o Conselho de Administração quer com os diversos serviços da **T-Vida**, nomeadamente das áreas contabilística e financeira, Auditoria Interna, Gestão de Risco Global e Controlo Interno (englobando o *Compliance*), de quem obtivemos todas as informações e os esclarecimentos solicitados. Adicionalmente e no cumprimento do nº 1 do artº 452 do Código das Sociedades Comerciais, tivemos reuniões com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC que, no exercício das suas funções, examinou as presentes demonstrações financeiras de 2015, emitindo a correspondente Certificação Legal das Contas em 15 de Abril de 2016, sem reservas mas com 1 (uma) ênfase, com a qual concordamos e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respetivo anexo. Nesta análise observámos a adequação das políticas contabilísticas adotadas e dos critérios valorimétricos em vigor. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

O corrente exercício apresenta um resultado líquido de cerca de 2.453 milhares de Euros. Pela sua relevância, da análise que efetuámos das demonstrações financeiras, entendemos salientar o seguinte:

- Em 31 de Dezembro de 2015, o valor do capital próprio é de 67.879 milhares de euros, menos 7.779 milhares de euros relativamente ao ano anterior. Esta diminuição é explicada pelo decréscimo significativo das reservas de reavaliação em 8.848 milhares de euros, situando-se nos -3.496 milhares de euros, por impacto da evolução negativa do mercado de crédito;
- O rácio de solvabilidade em 31 de dezembro de 2015 situa-se em 183,5%, que cumpre os requisitos exigidos pela regulamentação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) para o exercício da sua atividade.
- Conforme referido no Relatório de Gestão no Capítulo de “Factos Relevantes”, o ano de 2015 foi de abrandamento no mercado de seguros de Vida (-17,0%) sobretudo devido aos produtos financeiros, com um decréscimo de 22,6% nos PPR e de 17,8% nos produtos de Capitalização; no entanto, a **T-Vida** manteve a sua linha estratégica de crescer nos seguros de Vida Risco, com +9,2% (comparando com 2014) alcançando 18 milhões de euros enquanto apresentou um decréscimo de 51,2% no total de produção nos produtos de Risco (alcançando 43 milhões de euros).

- Entre os ativos da **T-Vida** mereceram particular atenção e correspondente análise a este Conselho Fiscal os valores referentes aos ativos disponíveis para venda (324.611 mil euros), os ativos intangíveis, nomeadamente o *value in force* e metodologia e pressupostos utilizados (28.520 mil euros) bem como os valores de resseguro a receber da GNB Seguros Vida (146.350 mil euros); relativamente aos passivos, mereceu particular destaque a análise às provisões técnicas (294.349 mil euros) e os relativos a passivos financeiros (177.725 mil euros).

Face à relevância do tema, julgamos importante referir que durante o ano de 2015, a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II) foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime Solvência II, a partir de 1 de janeiro de 2016. Assim, decurso do ano de 2015 e conforme detalhadamente descrito no Relatório de Gestão, a **T-Vida** (no âmbito integrado do Grupo Tranquilidade) ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

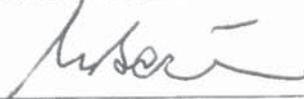
Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração os assuntos referidos no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras e o Relatório de Gestão supra referidos, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas na Assembleia Geral da **T-Vida, Companhia de Seguros SA**.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos Serviços da **T-Vida** o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 18 de Abril de 2016



Luis Palha da Silva



Manuel Maria Reis Boto



Pedro Aleixo Dias



VIDA

www.tvida.pt